



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**DIEGO NEPOMUCENO NARDI
MATRÍCULA 07/31811**

**A EXPERIÊNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE
ESTRUTURAL NA REALIZAÇÃO DO DIREITO À CIDADE**

**BRASÍLIA/DF
2012**

DIEGO NEPOMUCENO NARDI

A EXPERIÊNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE
ESTRUTURAL NA REALIZAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Monografia apresentada ao final do curso de graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Doutor Alexandre Bernardino Costa.

BRASÍLIA/DF
2012

DIEGO NEPOMUCENO NARDI

A EXPERIÊNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE
ESTRUTURAL NA REALIZAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Monografia apresentada ao final do curso de graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Doutor Alexandre Bernardino Costa.

Cidade Estrutural, 22/09/2012.

Banca Examinadora:

Prof. Doutor Alexandre Bernardino Costa.
Orientador

Prof. Doutor José Geraldo de Souza Junior
Integrante da Banca Examinadora

Profa. Livia Gimenes Dias da Fonseca
Integrante da Banca Examinadora

Profa. Mestranda Talitha Selvati Nobre Mendonça
Integrante da Banca Examinadora

Ao meu avô Eberardo, espírito crítico e combativo que desde
sempre se preocupou com os porquês e jamais
permaneceu calado diante de injustiças.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos nunca conseguem ser representativos de toda a vontade que os perpaça. Ainda assim, vale registrar a gratidão com todos aqueles que de, alguma forma, ajudaram-me a chegar aqui.

Meus pais, incentivadores, batalhadores e exemplos sem os quais não teria a base necessária para alcançar esta conquista. Ao lado deles, minha família, em especial meus irmãos, minha amada vó Alba Lúcia e meu vô Aurélio Nardi.

Os professores Alexandre Bernardino Costa, Alejanda Pascual, Gabriela Delgado, José Geraldo de Sousa Junior e Cristiano Paixão, docentes inquietos e engajados com a construção de um direito que seja emancipatório e não opressor.

Meus queridos amigos, companheiros dessa vida universitária que deixará saudades, os quais me acompanharam em projetos de extensão, aulas, debates apaixonados, encontros inesquecíveis, pesquisas e em outros âmbitos da vida. Sobretudo aos companheiros de Universitários Vão à Escola, do Centro Acadêmico de Direito, do Fórum de Extensão da Faculdade de Direito e, principalmente, do Programa de Educação Tutorial em Direito.

Dentre esses amigos, alguns merecem um agradecimento especial: Sinara Gumieri, João Gabriel Lopes, Frederico Guimarães, Amanda Caldas e Nathale Martins, interlocutores na vida e na academia, sempre dispostos a um bom debate e a ajudar um amigo quando ele precisa, sobretudo, sonhar.

Aos verdadeiros autores desse trabalho: os moradores da Cidade Estrutural, principalmente aqueles engajados com a construção do Banco Estrutural. Cada página adiante é consequência do que aprendi com vocês. Obrigado por terem me recebido e por terem compartilhado todo esse conhecimento que, espero, possa nos ajudar a fortalecer a iniciativa, mutiplicando-na e possibilitando que cada vez mais pessoas e comunidades possam superar as situações de exclusão e opressão que lhes aflige.

Por fim, ao riso que buscamos, plena expressão de contestação e liberdade.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é o produto dos anos que vivi na Universidade estando em contato com as mais distintas realidades, opiniões e experiências. Entrei vendo o mundo de uma forma e hoje saio com uma visão completamente distinta, sentido-me, mais do que nunca, parte deste mundo. Como parte que vê e sente os fenômenos e experiências de um determinado lugar, seria uma grande mentira afirmar que parto de um ponto onde não há opiniões formadas para formá-las ao longo do caminho: transformo-as e repenso-as.

Quando comecei a escrever este trabalho já havia deixado para trás várias de minhas velhas convicções, as quais carregava comigo quando me sentei pela primeira vez nos bancos da Faculdade de Direito da UnB. Era contra cotas raciais, achava linguagem inclusiva uma demanda vazia, achava o feminismo um radicalismo sem sentido, apenas para citar alguns exemplos. Inconscientemente, reafirmava preconceitos.

Felizmente, eu tive a oportunidade de estudar em uma Universidade pública gratuita e de qualidade. Caso assim não fosse, talvez estaria ainda alimentando minhas velhas convicções. Pelo papel emancipador que a Universidade deve ter (papel esse que, inicialmente, não enxergava) é da sua natureza abrir suas portas para a sociedade e estabelecer um diálogo construtivo onde ambas as partes se comunicam. Entrei nesse diálogo, fui levado pelas experiências, conheci um mundo que nunca tinha encarado antes, nem mesmo imaginado. E minhas convicções ruíram. Poderia resistir e negar a realidade ou poderia resistir e mostrar que aquela não era a totalidade da realidade, mas apenas uma parte dela. Decidi repensar minhas velhas crenças diante dessa realidade que afeta e ensina, uma realidade que abunda e é ocultada, mas que está ali para ser achada, conhecida, para ser vivida e, principalmente, para ser transformada.

Espero que as marcas deixadas pelas experiências vividas na Universidade estejam espalhadas por cada linha desse trabalho. É o resultado de toda essa caminhada, um panorama da vida universitária e tem vontade própria: ele não nasceu para ficar guardado em uma estante ou em uma central de dados virtual, tampouco para ser lido apenas por estudantes ou acadêmicos. Ele quer contribuir com a transformação da qual eu pretendo ser parte ativa, a transformação por meio da qual conseguiremos um dia acabar com a exploração do/a homem/mulher pelo/a homem/mulher, alcançando a liberdade que almejamos e não o padrão de liberdade imposta por alguns poucos a vários.

Toda pesquisa tem um problema, uma questão, e com esta não é diferente. Mas as formas de abordar essa questão são influenciadas pelo nosso olhar. E eu posso desde já deixar

claro em que não consiste meu olhar, para, assim, evitar que leitores acabem se decepcionando ao lerem o trabalho: não acredito que o homem é movido apenas por razões egoísticas e utilitárias e não acredito que as economias de mercado têm sido bem-sucedidas em promover o bem-estar econômico. Meu ponto de partida é, portanto, aquele que vê no atual modelo de produção capitalista um modelo que gera liberdade e inclusão para alguns na medida em que gera desigualdade e exclusão para outros em uma taxa nada proporcional. É o ponto de partida de quem acredita que uma nova forma de economia é possível. Além disso, meu marco teórico central é O Direito Achado na Rua, com todas as implicações teóricas que ele traz para pesquisa jurídica.

Por esses mesmos motivos não me preocupei em manter a imparcialidade do discurso em terceira pessoa ao longo das páginas. É claro que as opiniões, relatos, interpretações e conclusões aqui tomadas estão impregnadas por mim. Elas são, de alguma forma, eu, e não pretendo ocultar tal fato. Assim como não quero ocultar o principal objetivo desse trabalho: ser um instrumento que tenha utilidade para a comunidade da Estrutural, que possa ajudá-la de alguma forma na árdua, mas rica tarefa que é ser agente da própria emancipação.

Infelizmente, um projeto de pesquisa de graduação padece de sérias doenças. Uma delas é a forma impensada como projetos de conclusão de curso são cobrados: em um modelo de ensino pautado por uma educação bancária, um trabalho de pesquisa final surge quase como um câncer. Consequência disso é a ausência de qualquer reflexão sobre o motivo pelo qual se cobra um trabalho como esse: na maior parte das vezes é fruto da necessidade do cumprimento de uma obrigação, um grande apanhado bibliográfico sem qualquer relevância prática.

Talvez meu trabalho não tenha qualquer relevância, mas tenho a tranquilidade de saber que o fiz buscando sua relevância e, nesse caso, realmente acredito que o que importa é a intenção verdadeira. Felizmente, tive o apoio e a orientação de professores e amigos que me mostraram como tirar o máximo da Universidade - apesar de não a ter aproveitado em sua plenitude - produzindo um trabalho com as convicções de transformação que eles me ajudaram a construir.

Outra doença de um projeto de conclusão de curso é o tempo que se tem para produzi-lo: entre matérias sem qualquer relevância para uma atuação futura e um modelo de ensino ultrapassado, perde-se tempo demais cumprindo os requisitos sem os quais não se conseguiria formar e partir para uma nova etapa. Com isso, deixamos apenas seis meses para produzi-lo,

quando muito. E me arrependo. Queria ter o triplo do tempo para poder acompanhar mais de perto essa experiência fantástica que está sendo protagonizada pelos moradores da Cidade Estrutural. Porém, as conclusões aqui traçadas, as informações coletadas poderão servir de base para que pesquisas futuras sejam realizadas e possam acompanhar a transformação que essa iniciativa poderá provocar na comunidade ao longo do tempo, além de poderem ser utilizadas como ferramentas para auxiliar experiências semelhantes em outras localidades.

Por fim, deixo minha revelação mais sincera: a iniciativa sobre a qual me debruço nas páginas seguintes do presente trabalho (O Banco Comunitário da Cidade Estrutural) é, sem dúvida, algo pelo qual me sinto hoje de alguma forma responsável. Torço pelo sucesso da iniciativa, pego-me sofrendo com a possibilidade de não dar certo e tento fazer tudo que está ao meu alcance para que ela seja uma referência futura em experiências de emancipação. É difícil distinguir onde termina o pesquisador e onde começa o tema pesquisado.

RESUMO

O processo de globalização hegemônico vem privando as localidades (mais especificamente, as periferias urbanas) de seus espaços públicos de sociabilidades, de construção de significados comuns e de construção conjunta de ações políticas, submetendo-as a um processo de homogeneização docilizante. Enfim, inviabilizando o direito à cidade enquanto direito que almeja uma gestão democrática do espaço urbano visando a plena realização da liberdade por meio da construção de uma cidade inclusiva, solidária, ambientalmente sustentável, equitativa, aberta, livre, crítica e lúdica. No entanto, apesar da tentativa de privar a periferia e seus moradores do direito à cidade, essa mesma periferia tem assumido o protagonismo do processo de conquista dos direitos por aqueles que lutam por meio de movimentos de resistência. Tais movimentos inserem-se na perspectiva da construção de *uma outra globalização* que visa, em última instância, devolver às localidades os espaços públicos de decisão, permitindo que elas possam exercer de forma autônoma o protagonismo na realização de seus projetos de vida. Dentre esses movimentos, denominados Novos Movimentos Sociais, que têm representado resistência ao modelo de globalização hegemônica, encontramos o movimento da Economia Popular e Solidária que busca redefinir as relações entre consumidores e produtores, entre público e privado, por meio da construção de uma outra economia, devendo ser compreendida como meio de devolver às localidades o poder que lhes foi retirado pela globalização perversa, garantindo aos indivíduos o direito à cidade enquanto espaço de construção de sociabilidades, de reconhecimento, de liberdade e enquanto local de concretização de uma vida digna. Bancos Comunitários de Desenvolvimento são valiosas iniciativas que se inserem dentro do movimento da Economia Solidária, construídas pelos territórios para possibilitar os meios materiais para efetivação de direitos através do desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que impulsiona tal desenvolvimento pela articulação comunitária em torno de laços de solidariedade. O Banco Estrutural, localizado na Cidade Estrutural, Distrito Federal, é a experiência sobre a qual o presente trabalho se debruça para compreender como tal iniciativa possibilita a concretização do direito à cidade.

Palavras-chave: Economia Popular e Solidária. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Cidade Estrutural. Direito à Cidade. O Direito Achado na Rua.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>1</u>
<u>1. MORTE E VIDA PERIFERIA</u>	<u>7</u>
<u>2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO</u>	<u>19</u>
<u>3. BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES.....</u>	<u>30</u>
<u>4. A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE DA CIDADE ESTRUTURAL NA CONSTRUÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE QUALITATIVA</u>	<u>38</u>
<u>4.1 BREVE HISTÓRICO DO BANCO ESTRUTURAL</u>	<u>44</u>
<u>4.2 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO BANCO ESTRUTURAL A PARTIR DA ANÁLISE DE DADOS COLETADOS POR MEIO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....</u>	<u>46</u>
<u>4.3 CONTEXTO E EXPECTATIVAS: ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS</u>	<u>55</u>
<u>4.3.1 IDENTIFICANDO O CONTEXTO.....</u>	<u>58</u>
<u>4.3.2 IDENTIFICANDO EXPECTATIVAS</u>	<u>60</u>
<u>4.3.3 ASSOCIANDO CONTEXTO E EXPECTATIVAS</u>	<u>64</u>
<u>CONCLUSÃO.....</u>	<u>67</u>
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>69</u>

A EXPERIÊNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE ESTRUTURAL NA REALIZAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

INTRODUÇÃO

Segundo dados do IPEA, em 2009, a proporção da renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao grupo dos 50% mais pobres da distribuição, de acordo com a renda domiciliar per capita no Distrito Federal, era de 10,47%, enquanto tal proporção em relação aos integrantes do grupo dos 1% mais ricos era de 12,17%. Em âmbito nacional, os valores eram, respectivamente, 15,49 % e 12,11%.

Brasília é uma terra de desigualdades. Desde seus primórdios a força centrífuga afastou seus pioneiros de direitos básicos como o direito à moradia, excluindo-os do plano piloto da nova capital. Porém, a história da Vila Estrutural, ao menos em seus primórdios, nos anos sessenta, não é a história de tantas outras invasões. É certo que ela reflete em alguma medida a privação do acesso ao centro, da marginalização, mas, diferente de tantas outras, ela permaneceu e, aos poucos, por meio de muita luta e resistência, viu seus moradores alcançarem o tão desejado direito à moradia.

Área de alto valor imobiliário pela localização, próxima ao centro político do país e ao coração industrial do Distrito Federal, os moradores da Vila Estrutural foram (e ainda são) constantemente interpelados com violência, e essa violência até hoje deixa marcas. Antes, eram marcas de sofrimento, mas, hoje, são cada vez mais marcas de orgulho. A violência vem perdendo espaço para a história e memória da luta protagonizada pelos moradores.

Porém, a região e seus moradores ainda são privados de diversos direitos. Segundo dados de 2011, a Cidade tem 52,6% da população com Ensino Fundamental incompleto e apenas 0,5% com Ensino Superior completo. A região contava, até o começo de Maio, com apenas dois centros de Ensino Fundamental. No dia 4 daquele mês, foi inaugurado o primeiro centro de ensino infantil, com capacidade para 320 alunos, número que contrasta com uma população que supera os 25.000 habitantes¹. Em relação à renda per capita, na região ela é de, aproximadamente, R\$ 352, ou 0,6 salários mínimos, enquanto a média do Distrito Federal é de 23 salários mínimos. Ademais, a cidade possui problemas de saneamento, saúde e segurança, além de problemas nos canais de comunicação entre a administração e a comunidade.

¹ Há divergências entre os dados oficiais (25.000) e outras fontes, como polícia e ONGs, os quais afirmam que a população é superior a 35.000 moradores, já tendo, possivelmente, superado a marca dos 40.000.

Conscientes da precariedade de sua condição, da privação de direitos a qual são submetidos, a comunidade organiza-se com o intuito de fazer valer suas demandas, interpelando o Estado e, mesmo diante da recusa por parte dele, construindo mecanismos criativos, no sentido de inovadores, que os possibilitem concretizar seus desejos por melhores condições de vida, assim como realizar seus projetos de vida de forma autônoma.

E aqui me aproprio de termo utilizado por Tiago de Aragão Silva em sua monografia de conclusão de curso: a comunidade passou *a lutar pela cidade*. No contexto de sua pesquisa, tal luta era definida enquanto “a ação (...) com o objetivo de consolidação e melhoria da Cidade Estrutural, necessariamente direcionada/vinculada ao Estado, interlocutor e ao mesmo tempo detentor de suas demandas” (Silva, 2008, p. 20). No entanto, a luta pela cidade que hoje se desenvolve ali, não mais está necessariamente vinculada ou direcionada ao Estado. Trata-se de uma luta cujo protagonista é a própria comunidade, voltando-se para ela mesma, a partir de uma visão que acredita na autonomia do grupo para realizar seus direitos, com o Estado ajudando ou não.

A luta sobre a qual o presente trabalho se debruça é a luta protagonizada pelos moradores em torno da criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, que, além de ferramenta para o desenvolvimento da comunidade local e possibilitar o direito a ter direitos, é a possibilidade de criação “de esferas públicas e democráticas como importantes instâncias de mediação nas relações entre Estado, economia e sociedade” (A. Silva, 1994).

Ao longo das diversas idas à Estrutural que realizei para escrever o presente trabalho, tive a oportunidade de presenciar as reuniões da comunidade em torno da criação e administração do Banco. Longe de ser apenas um momento onde o assunto discutido era o Banco em si, a reunião tornou-se um espaço onde os moradores se encontravam para discutir outros assuntos, como problemas de moradia, segurança, educação, saúde, assim como a falta de comunicação entre a administração local e a comunidade. Tal fato é importante por alguns motivos que serão abordados mais adiante. Porém, cabe explicitar que para além de “um serviço financeiro de natureza comunitária, voltado para o apoio às economias populares de bairros e municípios com baixo IDH, que tem por base os princípios da Economia Solidária” (Melo Neto Segundo, 2008, p. 1), ao menos no que se refere ao Banco Comunitário de Desenvolvimento da Estrutural² - adiante chamado apenas por Banco Estrutural ou por sua

² Conforme Paoli, citado por Ana Amélia da Silva (1994, p. 5), a pergunta que se coloca em relação ao estudo dos movimentos sociais é a seguinte: “devem os sujeitos emergentes nos movimentos sociais ser pensados fora de seu acontecer, por uma identidade ancorada em uma teoria que os dotaria ou os encenaria de forma única e homogênea, ou, então, são sujeitos emergentes de espaços múltiplos de solidariedade e conflitos, com discursos diferenciados de identidades singulares, fundantes cada um da representação de si mesmos como sujeitos específicos?”. Assumo que a segunda opção é a mais adequada, evitando o risco de uma dogmatização acerca do que representam e o que são movimentos sociais, levando a uma alienação que retira tais movimentos do contexto no qual se inserem, os quais são indispensáveis para compreensão das ações por eles protagonizadas.

abreviação, BE -, ele é, antes de qualquer outra coisa, um local de encontros, protestos e reivindicações, simbolizando a solidariedade e experiências coletivas que visam a reconstrução das relações sociais (Merrieffield *apud* Carmo e Stevens, 1996).

No entanto, em relação à luta por direitos, o Banco Estrutural é suporte para realização do direito a ter direitos, sobretudo o direito à cidade e o direito ao crédito enquanto ferramenta para realização dos projetos de vida comunitários e individuais dos moradores da Estrutural, os quais têm o direito de acesso ao sistema financeiro nacional negado pela seletividade existente.

Infelizmente, inexistente uma pesquisa que evidencie os números do trabalho informal na Cidade Estrutural. No entanto, ao longo das visitas, tive a oportunidade de escutar diversos moradores que se dirigiam ao banco e a maior parte deles diziam não ser “fichados”³. Reflexo da informalidade que é um gigante no Brasil. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, em 2009, a riqueza produzida por essa parcela da economia correspondeu a 18,4% do Produto Interno Bruto brasileiro, R\$ 578 bilhões de reais. Tal valor, somado ao atual PIB do Brasil, aproximadamente US\$ 2,4 trilhões, já colocaria o País como quinta economia global. No entanto, ao considerarmos trabalhadores informais e empreendedores populares⁴, categorizá-los pela ilegalidade da atividade refletida no termo informalidade é desconsiderar a importância que possuem para a economia nacional.

Trata-se de um grupo que representa 80% dos postos de trabalho nacional, além de movimentar, aproximadamente, 30% do PIB brasileiro. Trabalhadores informais e empreendedores populares caracterizam-se por organizar suas atividades tendo por base as demandas da população da comunidade na qual atuam, impulsionando a geração e circulação de riquezas em um determinado território “corroborando com o dinamismo que alimenta as diversas cadeias do arranjo produtivo local” (Arroyo e Schuch, 2006, p.70).

Portanto, mais apropriado é denominar tal grupo não como economia informal, mas sim como economia popular,

Aquela que de forma mais direta atende às necessidades e desejos da população. A que está fundada sobre a produção concreta, de maneira mais próxima ao consumo direto, ou seja, a economia que está mais próxima da construção (...) da qualidade de vida da população (...). Essa economia, de capital popular, vincula-se diretamente com a qualidade de vida da população e se distingue da outra, associada à acumulação do grande capital. (idem, p. 62)

³ O termo refere-se à situação de trabalho informal, no qual não há registro na Carteira de Trabalho e, conseqüentemente, ausência de garantia dos direitos sociais do trabalhador.

⁴ “Se observamos as diversas cadeias produtivas que atendem a população de um bairro, por exemplo, poderemos ver que há uma interação entre a feira, a padaria, a mercearia, a danceteria, a papelaria, a loja de tecidos, a loja de móveis e eletrodomésticos, a costureira o mecânico, o médico, o professor, a cabelereira, o taxista, o advogado, a cooperativa etc., todos empreendedores populares que, além de gerarem sua própria inserção na economia, proporcionam a de muitos outros. Geram uma massa de renda e salários que alimentam o consumo no mesmo bairro [...]” (Arroyo e Schuch, 2006, p. 69).

O Banco Estrutural busca evidenciar a importância dessa economia popular ao possibilitar que os indivíduos excluídos do sistema financeiro protagonizado pelos grandes bancos tenham acesso o direito de acesso às fontes de financiamento para realização de projetos de vida que se insiram na perspectiva de desenvolvimento da comunidade. No contexto do banco comunitário, o crédito popular⁵ é a ferramenta que possibilita financiar e apoiar os empreendedores populares, ao mesmo tempo em que se cria uma organização sociopolítica e econômica dos empreendedores visando a formação de valores solidários e o desenvolvimento do território onde se encontram.

É importante perceber o crédito popular e o próprio Banco Estrutural como produtos da organização social de um sujeito coletivo, frutos de um processo de libertação, afinal, “a liberdade é uma construção, uma possibilidade de ser” (Sousa Junior, 2008, p. 125). Sobram tentativas para enquadrar as práticas promovidas por sujeitos engajados na luta pela efetivação do direito ao desenvolvimento, ao crédito e, até mesmo, direito de acesso ao sistema financeiro, como ferramentas de um modelo liberal para superação de suas crises. Exemplo disso é a apropriação do crédito popular enquanto microcrédito, ou até mesmo a apropriação da ideia que perpassa os Bancos Comunitários de Desenvolvimento por grandes instituições financeiras. A liberdade almejada pela luta protagonizada pelos moradores da Estrutural, sobretudo por aqueles que levaram adiante o árduo trabalho de construção do banco comunitário, é fruto de uma construção autônoma, independente, que reconhece os problemas e tem consciência da sociedade que deseja construir e não faz uso de fórmulas prontas apresentadas com a única motivação de remediar velhos dilemas sem que se proporcione uma transformação ampla.

As práticas desenvolvidas por esses grupos não são enxertos ou remendos para superar a crise do trabalho ou qualquer outra crise pela qual passa o sistema capitalista. São uma resposta, uma possibilidade diante da crescente insatisfação com o modelo capitalista de produção. Essa insatisfação

“motiva a busca por soluções alternativas, reavaliando práticas econômicas baseadas em princípios outros que não aqueles da competição e do lucro, vislumbrando uma sociedade na qual a radical separação do econômico e do social possa ser substituída por maneiras que possibilitem adequar os recursos às necessidades de forma integrada, sendo capaz de maximizar o bem estar humano e social”⁶ (Hespanha, 2010, p. 1).

⁵ Pode-se dizer em direito ao crédito popular, que se diferencia do direito ao crédito. Nos últimos anos, conforme bem apontado pela querida Livia Gimenes em suas anotações sobre meu trabalho, vemos uma monetização de direitos, tornando-os objeto de consumo e desobrigando o Estado de suas responsabilidades. O fato mais evidente e recente é o programa do Governo Federal intitulado de Minha Casa, Minha Vida, onde o direito à moradia é “realizado” através da oferta de crédito e não de políticas públicas que possibilitem a realização plena de tal direito, que é muito mais amplo que a possibilidade de possuir os canais financeiros para aquisição da casa própria.

⁶ Tradução livre.

Tais práticas podem ser agrupadas dentro do modelo comumente denominado de Economia Solidária, a qual será amplamente debatida mais a frente no trabalho.

As linhas que se seguem, portanto, procurarão compreender a maneira pela qual a comunidade da Estrutural responde às consequências, sobretudo, de uma determinada globalização, buscando evidenciar a particularidade das práticas ali desenvolvidas a partir da compreensão dos sujeitos envolvidos em tais práticas. Ao fim, espera-se compreender o que é o Banco Estrutural, quais são suas implicações para aquisição e concretização de direitos, quais são seus objetivos e quais mudanças ele trás consigo para as interações sociais desenvolvidas na Cidade Estrutural.

Primeiramente, buscarei demonstrar o que é o fenômeno da globalização sob a perspectiva do espaço urbano, apresentando entendimentos recolhidos através de revisão bibliográfica dos escritos relacionados ao tema, buscando apontar suas consequências em relação ao acesso a direitos por parte de sujeitos localizados no campo não-hegemônico da cidade, a periferia. Evidenciarei sua tendência excludente, sobretudo por meio dos efeitos gerados sobre comunidades que, já em situação de vulnerabilidade, veem sua condição se deteriorar ainda mais enquanto as parcelas mais abastadas da população veem sua condição melhorar e suas riquezas se multiplicarem.

Em seguida, diante da realidade aparentemente irreversível do processo de globalização, força motriz do capitalismo financeiro, apresentarei a tensão que existe entre tal processo e as alternativas que se apresentam. Diante das consequências daquilo que se denomina globalização perversa, há como se pensar novas possibilidades?

Para a pergunta acima feita, seria possível apresentar diversas propostas, porém o presente trabalho, por meio da perspectiva de O Direito Achado na Rua, mostrará como os indivíduos, agindo em grupo ou individualmente, podem lutar por seus direitos, reivindicando perante o Estado as condições materiais para sua efetivação, assim como buscar soluções de forma autônoma e criativa. Portanto, buscar-se-á demonstrar como o movimento por uma outra economia denominado de Economia Solidária pode ser uma ferramenta possível na busca pela efetivação do direito à cidade, sendo uma resposta para a aparente irreversibilidade da globalização e seus efeitos.

O foco será sobre as iniciativas conhecidas como Bancos Comunitários de Desenvolvimento e, mais especificamente, o Banco Comunitário de Desenvolvimento da Estrutural. Apresentarei um breve relato do que se trata essa iniciativa, traçando a história de

sua construção e desmonstrando quais são seus significados e potencialidades para um processo de emancipação e inclusão da comunidade da Vila Estrutural.

Nada adianta tanta especulação sem que se verifique a experiência dos agentes responsáveis pela construção do Banco Comunitário Estrutural. É necessário ouvi-los para entender qual a visão deles de Economia Solidária, Banco Comunitário e, sobretudo, quais são os objetivos que vislumbram nessa iniciativa, assim como as transformações que esperam alcançar por meio desta atitude marcante, na qual avocam para si a responsabilidade por seus destinos. Assim, serão apresentados os resultados coletados por intermédio de pesquisa qualitativa realizada com sujeitos responsáveis pela construção do já mencionado banco.

Com tais resultados, concluir-se-á, por fim, como a comunidade enxerga as possibilidades que tal iniciativa traz consigo, lançando luz sobre o processo de emancipação do qual pretendem ser protagonistas e quais os frutos que esperam colher no futuro.

1. MORTE E VIDA PERIFERIA

Severino e Maria⁷ não são apenas um, são vários. São uma coletividade de excluídos que, dia após dia, são privados/as de suas necessidades mais básicas, vivendo como eternos/as retirantes sempre fugindo da morte em direção à vida.

Essa força excludente que marca a atual fase do capitalismo financeiro, impulsionada por um processo de globalização, é a tentativa de uma economia total, que submete todos os espaços sociais a sua esfera, inserindo uma lógica de posse para as relações humanas⁸. Com isso, há uma redução do/a outro/a ao indiferente, a uma mercadoria fungível à serviço do capital.

Na lógica de acumulação, é natural que o fluxo tenha um centro. Na medida em que esse centro infla suas riquezas, as periferias vão sendo (ou deveriam ser)⁹ esvaziadas socialmente: passam a ser grandes dormitórios/reservatórios de mão-de-obra.

O fluxo, a mobilidade, é uma conquista das elites que se tornam globalizadas, que se movem livremente, como o capital. Aqueles/as que ficam presos/as às periferias são obrigados/as a ali permanecer, tendo que suportar as (in)consequências da exploração de uma elite hegemônica imposta sobre aquele/ass que se localizam no campo não-hegemônico. Dentro de seus carros blindados, aviões, arranha-céus, condomínios de luxo e seus aparatos de segurança e separação, essa elite pode estar ao lado, porém jamais está junto, sempre buscando uma condição voluntária de isolamento¹⁰.

A permanência na periferia acima aludida não significa apenas a permanência em um local específico. É claro que o termo se refere, também, aos espaços urbanos ou à territorialidade que são paulatinamente esvaziadas pelo fluxo mencionado. Porém, tal qual Severino e Maria, há os/as retirantes que, por mais que alterem seu *locus* geográfico, não

⁷ Tentei utilizar linguagem inclusiva ao longo de todo o trabalho por uma opção política que defende radicalmente adenda das mulheres em desconstruir a ideia do masculino como universal e o sexismo estabelecido na linguagem.

⁸ Nas palavras de Dufour (2012), “O neoliberalismo não visa apenas à destruição das instâncias coletivas construídas ao longo do tempo (família, sindicatos, partidos e, de uma maneira mais geral, a cultura), mas também à da forma indivíduo-sujeito surgida durante o período moderno. A fábrica do novo sujeito “pós-moderno”, não-crítico e “psicotizante”, resulta de um projeto perigosamente eficiente (...) sensivelmente alterada por trinta anos das chamadas reformas “democráticas” que sempre operaram no sentido de enfraquecer a função crítica”.

⁹ Felizmente, encontramos focos de resistência, conforme irei abordar adiante, fazendo com que a periferia tenha vida própria e construa suas próprias pautas e suas próprias lutas contra esse esvaziamento.

¹⁰ De acordo com Bauman (1999, p. 27), “o que eles [a elite financeira] precisam é isolar-se da localidade, agora despojada de significado social, transplantada para o ciberespaço, e assim reduzida a terreno meramente “físico”. Precisam também da segurança desse isolamento – uma condição de “não-vizinhança”, de imunidade face a interferências locais, um isolamento garantido, invulnerável, traduzido como segurança das pessoas, de seus lares e playgrounds.” Adiante, prossegue o autor para estabelecer que (1999, p. 29): “As elites escolheram o isolamento e pagam por ele prodigamente de boa vontade. O resto da população se vê afastado e forçado a pagar o pesado preço cultural, psicológico e político do seu novo isolamento. Aqueles incapazes de fazer de sua vida separada uma questão de opção e de pagar os custos de sua segurança estão na ponta receptora do equivalente contemporâneo dos guetos do início dos tempos modernos: são pura e simplesmente postos para “fora da cerca” sem que se pergunte a sua opinião, têm o acesso barrado aos comuns de ontem, são presos, desviado e levam um choque curto e grosso quando perambulam às tontas fora dos seus limites, sem notar os sinais indicadores de “propriedade privada” ou sem perceber o significado das indicações não verbalizadas mas nem por isso menos decididas de não-ultrapasse”.

conseguem superar sua condição existencial precária, ou, nas palavras do poeta, da existência marcada pela posse apenas “de coisas de não: fome, sede, privação”.

Essa condição de pobreza, conforme afirma Santos (2007, p. 132), para além de uma situação de carência, é uma situação também de luta, “um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível”. O espaço de materialização das narrativas possíveis que podem abrir espaço para processos alternativos que a tomada de consciência é capaz de gerar é a cidade.

Todavia, no espaço urbano, a periferia é hegemonicamente representada a partir das referidas coisas de não. “Pelo que ela não é ou pelo que não tem. (...) [Sendo] apreendida como um espaço destituído de infraestrutura urbana, (...), globalmente miserável, sem ordem, sem lei, sem regras” (idem). Tal representação é consequência da construção de um ideário que coloca a periferia fora da cidade, ou, quando muito, dentro dela, mas nunca enquanto parte da cidade, vista como expressão de possibilidade e reprodução das práticas desenvolvidas no modelo de produção capitalista.

Por intermédio dessa concepção, a periferia ameaça a cidade enquanto um foco de desordem, criminalidade, pobreza e outros “problemas” que devem ser combatidos por meio de uma política de controle/eliminação de espaços que são *não cidades*¹¹, os quais circundam uma ilha (ou ilhas), demonimada de cidade pelas elites urbanas (Maricato, 2000). A dualidade do controle/eliminação reside no fato de que a existência de tais localidades é “funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (...) que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica” (Maricato, 2000, p. 148), sendo indispensáveis para a existência das condições estruturais necessárias à reprodução do modelo de produção capitalista¹², e que, todavia, podem constituir focos de resistência ao desenvolvimento do capital, o que impõe sua eliminação. É o que vemos hoje com as remoções de comunidades para a construção de infraestrutura para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos no Brasil, assim como por meio de formas mais sutis que buscam, pela gentrificação refletida na especulação imobiliária, inviabilizar a subsistência

¹¹ Para Erminia Maricato (2000, 140), “Parte de nossas cidades podem ser classificadas como *não cidades*: as periferias extensas, que além das autoconstruídas, contam apenas com o transporte precários, a luz e a água (...)”, sendo excluídas de qualquer atividade ligada a pensar a cidade e propor soluções para seus problemas.

¹² Engels, citado por Harvey (2012, p. 17), já denunciava tais políticas no século XIX. “In reality, the bourgeoisie has only one method of solving the housing question after its fashion – that is to say, of solving it in such a way that the solution perpetually renews the question anew. This method is called “Hausmann” by which I mean the practice that has now become general of making breaches in the working class quarter of our big towns, and particularly in areas which are centrally situated, quite apart from whether hits is done from considerations of public health or for beautifying the town, or owing to the demand for big centrally situated business premises, or, owing to traffic requirements, such as the laying down of railways, streets (which sometimes seem to have the aim of making barricade fighting more difficult) ... No matter how different the reasons may be, the result is always the same; the scandalous alleys disappear to the accompaniment of lavish self-praise by the bourgeoisie on account to this tremendous success, but they appear again immediately somewhere else... The breeding places of disease, the infamous holes and cellars in which the capitalist mode of production confines our workers night after night, are not abolished; they are merely shifted elsewhere! **The same economic necessity that produced them in the first place, produces them in the next place**”. (grifo meu).

econômica das comunidades que se encontram nessas localidades, forçando-as a se retirarem para que os espaços de não cidade possam ser integrados à cidade¹³.

Tal cidade, concebida sob a égide do modelo neoliberal e denominada cidade moderna, pretende ser constituída de espaços onde os comportamentos sejam homogeneizados, prevalecendo o consenso e a ausência de conflitos, possibilitando tão somente os “encontros entre os indivíduos e os bens de consumo” (Carmo e Stevens, 2008). Trata-se do projeto de Villes Radieuse de Corbusier cuja ideia arquitetônica é “inimiga nata de toda confusão, da espontaneidade, do caos, da desordem”, visando a padronização e a pré-fabricação, tendo como finalidade, portanto, “a morte da rua como a conhecemos – esse incoerente e contingente subproduto da história construtora, descoordenada e assíncrona, campo de batalha de usos incompatíveis, sítio do acidental e do ambíguo” (Bauman, 1999, 50). O que se busca é a construção de espacialidades livres de conflitos, “nas quais as únicas actividades encorajadas são o consumo e o lazer, actividades levadas a cabo de forma desligada da realidade” (Carmo e Stevens, 2008, p. 6).

Assim, a periferia - desprovida de capital econômico, incapaz de se engajar nas actividades de consumo e lazer tais quais pensadas pelas elites urbanas e que é a antítese do modelo urbanístico moderno, sem regularidade nas linhas, de ruas descontínuas, em constante processo de transformação em decorrência da intensidade das sociabilidades que ali ocorrem na rua, que é espaço de protagonismo da comunidade em constante conflito, tornando-a verdadeiro *locus* para emergência de novos sujeitos de direitos, que encampam novas lutas pela conquista e concretização de direitos já existentes, assim como novos direitos - é impassível de ser elemento instituidor da Cidade Radiosa. Ela é o espaço da emergência da contestação ao modelo de tal cidade, e que reflete as contradições do espaço urbano do capitalismo, lembrando que o espaço, conforme afirma Lefebvre (2008), é produto da sociedade, constituindo instrumento político intencionalmente manipulado pelas forças hegemônicas em seu processo de reprodução das relações de opressão que as mantém enquanto elites.

Retomando a afirmação de Milton Santos, o projeto de cidade que se vislumbra enquanto espaço de reprodução das relações sociais de produção, busca evitar a tomada de consciência por parte da população por meio de um processo de alienação que trata a cidade como prologamento da fábrica, sendo, nas palavras de Lefebvre, uma “prisão do espaço-tempo” que busca mobilizar a cidade para satisfação da atividade industrial pela

¹³ Para um trabalho exemplificativo do tema, recomendo o documentário feito pelo movimento Left Hand Rotation sobre o Bairro da Luz, em São Paulo, disponível em: <http://vimeo.com/32513151>

maximização dos lucros, refletida na apropriação privada do uso do solo que faz da cidade mercadoria. Com isso, há uma negação da cidade pensada a partir do seu valor social para que haja uma preponderância da cidade pensada a partir do seu valor de uso¹⁴.

No entanto, uma cidade não consegue ser expurgada de suas contradições¹⁵. Por mais que se tente concebê-la enquanto produto, enfocando seu valor de troca e que vê os/as habitantes como objetos e não sujeitos/as que trabalham e transformam o espaço urbano, há diversos movimentos de resistência que apontam para a necessidade de mudar tal foco para o valor de uso, a cidade enquanto obra. Esses focos surgem, sobretudo, nas periferias, sejam elas as periferias urbanas, ou a periferia entendida enquanto condição de grupos de pessoas em situação de carência que estão sempre em movimento, retirantes, pois têm completamente negado seu direito de habitar. Tal é o caso do Movimento dos Trabalhadores sem Teto, por exemplo, e de diversos outros movimentos que vemos surgir com enorme força através da mobilização de comunidades segregadas, como a Central Única das Favelas.

Em Brasília, a situação não é diferente¹⁶. Conforme aponta Bauman (1999), a Vila Radiosa existiu apenas enquanto teorização, porém no planalto central tentou-se construí-la quando surgiu a rara oportunidade de se erguer uma cidade do nada. “Como sugeriram as pressuposições do estilo Le Corbusier de modernismo arquitetônico, podia-se desenhar em Brasília um espaço na medida do homem [...], portanto um espaço do qual a surpresa e o acidente fossem eliminados” (idem, 51), e o que se conseguiu foi uma cidade segregada, sem encontros, sem espaço ou oportunidade para que o conflito aflorasse, um prelúdio do declínio do homem/mulher público/a e da segregação espacial homogenizadora que se estabelece com base em hierarquias que produzem e reproduzem as relações sociais. E em nenhuma outra cidade do Brasil, a distinção centro periferia fez-se tão clara e profunda como aqui.

Todavia, aqui também os movimentos de resistência afloram, apesar de serem, muitas vezes, sumariamente eliminados ou criminalizados, prática corriqueira em relação aos movimentos que lutam pelo direito à moradia no Distrito Federal. Essa resistência, para

¹⁴ A relação valor de uso/valor de troca é fundamental no pensamento de Lefebvre. Conforme Elias e Medeiros Filho (2010, p. 4), “A cidade é reduzida a objeto do mercado e do Estado técnico-burocrático, sendo suprimida como obra – conceito que em Lefebvre significa participação simultânea, criação conjunta de um locus comum, de (com)unidade. Torna-se mais agudo o uso do espaço como instrumento de dominação econômica e política: como mercadoria, é submetido à busca do lucro por meio de atividades como o turismo e a especulação imobiliária, que empurram as classes populares para a periferia; politicamente, o Estado reforça esse processo de apartação, dado o seu interesse em afastar do centro a presença do proletariado e subproletariado, cuja presença massiva poderia não apenas comprometer certas atividades econômicas (como o turismo), mas representar uma ameaça à “ordem pública”.

¹⁵ Basta lembrar que o espaço é condição para reprodução do modelo de produção capitalista, assim como expressão da produção e reprodução das relações sociais. Conforme Proença (2011, p. 9): “A cidade é a projecção da sociedade sobre o terreno, ela é o solo das profundas diferenciações e contradições sociais. Sendo simultaneamente meio de interações complexas, analisar a cidade é ter em consideração as relações de pertença e não-pertença, de inclusão e de exclusão. A construção da cidade traduz a história da produção e reprodução das relações sociais. As estratégias de classe geram distinções e segregações, tornando visíveis as contradições sociais. Esta segregação é operada por via econômica, política, na vontade de apropriação do espaço”.

¹⁶ Para uma análise detalhada e oportuna da questão urbana do Distrito Federal, recomendo a leitura de dois artigos: A Luta pelo Passe Livre sob a perspectiva do Direito à Cidade no Distrito Federal, dos meus colegas de Universidade, Gabriel Santos Elias e João Telésforo Medeiros Filho.

Lefebvre, é resistência ao processo de homogeneização, apontando “para a instauração da diferença como característica da sociedade urbana” (Araújo, 2012, p. 136). O ato de resistir é para o autor o ato de habitar¹⁷, “uma condição revolucionária porque é capaz de se opor dialeticamente ao movimento de homogeneização do capital” (idem). Habitar pode ser entendido, sobretudo, como uma postura revolucionária que significa, ao mesmo tempo, lutar e viver o direito à cidade¹⁸, afirmando-se enquanto protagonista da construção do espaço urbano.

Assim, não é equivocado dizer que os movimentos de resistência que afloram, buscando pensar a cidade pelo seu valor de uso, tendem a fundar-se na postura do habitar, de se reivindicarem como protagonistas da construção do espaço urbano, combatendo a alienação que decorre da ausência de qualquer identificação entre eles e a cidade que eles também constroem e que se impõe sobre eles e seus modos próprios de vida.

Como na cidade que busca combater por todos os meios os focos de resistência é possível ainda assim encontrá-los?¹⁹ Essa pergunta se impõe diante de análises tão críticas do espaço urbano vindo por parte dos grupos oprimidos²⁰ que são protagonistas de lutas pelo direito à cidade.

¹⁷ Habitar, para Lefebvre, remete ao conceito apresentado por Heidegger em seu seminário *Construir, Habitar, Pensar* (1951). Para o autor, construir é habitar, e construir é, justamente, edificar lugares, que somente podem ser assim chamados se dão instância e circunstância para a relação entre homem e espaço. O rigor essencial do habitar relaciona-se a libertar-se, que, para Heidegger, é algo positivo e “acontece quando deixamos alguma coisa entregue de antemão ao seu vigor de essência quando devolvemos de maneira própria alguma coisa ao abrigo de sua essência, seguindo a correspondência com a palavra libertar”. Adiante, prossegue: “Habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência. O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo [preservar do dano e da ameaça] perpassa o habitar em toda sua amplitude. Mostra-se tão logo nos dispomos a pensar que ser homem consiste em habitar (...)”. Para Proença (2011, p. 8), “a cidade corresponde ao mais profundo e ancestral desejo do homem. O desejo em habitar o mundo e o desejo por uma habitação, em particular, marcam a necessidade de um lugar”. Trata-se da característica essencial do homem para Heidegger (1951), marcando sua relação com o mundo na totalidade, sendo condição para alcançar a plenitude do ser. A crise da cidade que hoje vivenciamos é, para o filósofo, a crise do habitar: “As profundas modificações que tiveram lugar nas cidades desde finais do século XIX, alteraram radicalmente o estilo de vida, de tal forma que colocam em causa a capacidade de promover a cidadania, conduzindo a uma crise do habitar, em que o homem não sabe mais o que significa habitar, [marcado], nas palavras de Heidegger, por uma “incapacidade em estar no espaço em reconciliação com outros homens e com a natureza, dando lugar, nas palavras de Lefebvre, a uma crise do habitar e do habitat. As cidades converteram-se em lugares de passagem e não-lugares e, de modo semelhante, a casa converte-se num sítio para estar e não para ser” (Proença, 2011, 09). **Habitar** pode ser assim pensado enquanto uma postura que busca revolucionar a cidade, transformando-a em um lugar para ser, onde cidadãos/ãs possam co-habitar livres, em espaços não homeinizados e onde a diferença seja a marca da prática social do urbano. Nas palavras de Araújo (2012, p. 140), “pensar a diferença como a qualidade que marca a prática social do urbano requer uma capacidade de ir além, muito além, dos conceitos e representações de que dispomos atualmente. Significa pensar o impossível (a revolução total) para se atingir o possível; pensar o trajeto e o projeto, isto é, um objetivo e uma finalidade inseparáveis; pensar o discurso e o percurso, ou o mental e o social; por fim, significa pensar a diferença como expressão do desejo relegado à apropriação do tempo e do espaço. Como afirma o filósofo [Lefebvre], o direito à diferença diz respeito a uma pessoa que “não quer nem de longe imitar qualquer grande modelo, nem se identifica com ele, esta pessoa não tem outra saída senão de querer-se outra. Ela já é diferente”. **Diffícil pensar com esses conceitos? À primeira vista sim, mas basta que olhemos com cuidado este mundo para que percebamos quantos sintomas e indícios de transformações da prática social acontecem agora e o que devir aponta.** Para Lefebvre é preciso ter especial atenção com a “guerrilha urbana e as vastas reuniões de jovens ‘não violentos’, ávidos de contatos, de amor, de erotismo, de fruição (...)”. (grifo meu).

¹⁸ Em relação ao direito à cidade adoto a definição de Harvey, com base em Lefebvre, segundo a qual tal direito é, ao mesmo tempo, um grito (ou denúncia) e uma demanda. O grito refere-se a uma resposta à dor existencial da vida cotidiana da cidade (relacionada, ao meu ver, profundamente com a crise do habitar já mencionada). Já a demanda refere-se ao imperativo de encarar tal crise claramente em sua essência, para, assim, criar uma vida urbana alternativa que seja menos alienada, mais cheia de significados e lúdica, sendo, também, conflituosa e dialética, aberta para se tornar, para encontros e à busca perpétua de novidade icognoscível, que é aquele elemento que existe e que, no entanto, não conseguimos apreender, porém é essencial para as relações sociais e para a singularidade ou até mesmo pela utopia que se busca e se tenta realizar.

¹⁹ À resposta que encontrei para essa pergunta agradeço profundamente meu amigo Marcos Vinicius Lustosa, companheiro de PETDir que me indicou a leitura e o caminho necessários para resolver esse dilema que muito me perturbou.

²⁰ Em uma das minhas idas à Estrutural perguntei para alguns moradores se eles achavam que a Estrutural fazia parte de Brasília. Todos responderam que não, sempre evidenciando que tal separação decorria da vergonha que Brasília tinha dali (ou seja, eles eram excluídos, não

Em seu livro *Manicômios, Prisões e Conventos*, Erving Goffman (2010) discute suas experiências de campo dentro de um manicômio, apresentado a definição de instituição total:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (idem, 2010, p. 11)

A totalidade refere-se ao fechamento em relação ao mundo exterior, havendo barreiras físicas que impedem a livre transitoriedade daqueles/as que estão ali dentro, fazendo com que o isolamento físico se torne isolamento social, submetendo todos/as ali a uma mesma autoridade (idem, p. 16).

Os/as internados/as são tratados/as formalmente como iguais e submetem-se a uma racionalidade de funcionamento planejada, ao menos supostamente, devendo obedecer horários e outras normas estabelecidas pelos/as supervisores/as que, dentro da divisão de hierarquia que há ali dentro, “tendem a se sentir superiores e corretos” enquanto exercem total vigilância sobre o grupo dos/as internados/as, os/as quais “tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados”. Entre os grupos há um distanciamento insuperável que se estabelece através do controle da comunicação, havendo restrições à transmissão de informações e a existência de raros pontos de contato oficial com pouca interpenetração.

Uma característica marcante dessas instituições, para Goffman, é a incompatibilidade de certos aspectos sociais dentro das instituições com seus correspectivos no mundo exterior, abordando a questão do trabalho que, para o autor, não possui qualquer significância estrutural para os internados, o que não aconteceria na vida externa.

Ademais, para o autor, em relação ao mundo do/a internado/a, existe um processo de destreinamento “que o torna [o internado] incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária” (idem, p. 23). Dentro da instituição, o/a internado/a passa a ser submetido a rebaixamentos, humilhações, degradações e profanações do eu, ocorrendo uma resignificação

sendo tal exclusão um fato que decorresse da vontade deles). Como disse Germano Guedes, líder comunitário, a Estrutural não existe no mapa, reforçando no entanto que a comunidade da Cidade Estrutural deseja pertencer à cidade e receber a mesma atenção que os demais espaços, não sendo representada por imagens que não condizem com a realidade local. Essa separação entre Brasília/Estrutural foi evidenciada em diversas outras situações, mas uma que chamou minha atenção foi relatada por meus amigos e membros do PETDir-UnB (<http://www.petdirunb.wordpress.com>) durante uma das oficinas de teatro que realizavam com jovens e crianças da comunidade. Naquela ocasião, ao discutirem sobre a Copa do Mundo, os participantes se mostraram completamente revoltados com o megaevento que, para eles, seria um “espaço de exclusão”, onde iriam “proibir quem é de Brasília de andar no plano só para ter espaços para os turistas”, impedindo o acesso através de “cercas elétricas”. Para mim, essas falas demonstram algumas questões importantes. Primeiro, o sentimento de segregação que existe dentro da própria comunidade, evidenciando a prática de exclusão que é produzida e reproduzida na cidade capitalista. Porém, evidencia a vontade que essa mesma comunidade tem em transformar essa realidade, tendo consciência da opressão que sofrem e do valor de troca que é dado à cidade em detrimento de seu valor de uso, afinal, nada poderia ser mais evidente que o exemplo citado na oficina de teatro, onde se proíbe que os habitantes possam usufruir a cidade tendo em vista a viabilização de um mega-evento que é, infelizmente, um espaço de exclusão.

em relação à imagem que possui de si e dos/as outros/as. Por meio da estrutura disciplinar o/a internado/a “admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina” (idem, p. 26).

Dentro da estrutura de funcionamento de uma instituição total, Goffman aponta para a existência de ajustamentos primários que ocorrem quando os/as indivíduos/as internados agem de acordo com a interpretação dada pela instituição, e ajustamentos secundários, que

São qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não-autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser. (idem, p. 160)

Ainda conforme o autor, em relação às relações entre ajustamentos secundários e instituições totais,

(...)devemos pensar que as organizações têm uma tendência para adaptar-se a ajustamentos secundários, não apenas através de disciplina cada vez maior, mas também por legitimar seletivamente tais prática, esperando, dessa forma, reconquistar o controle e a soberania, mesmo com a perda de parte das obrigações dos participantes. (...) Quando descobrimos algumas coisas a respeito do papel de ajustamentos secundários, também descobrimos alguma coisa sobre as consequências ambíguas da tentativa de sua legitimação. (idem, p. 165)

As revoltas costumam ocorrer, sobretudo, quando a instituição recrudescer sua atuação em relação aos ajustamentos secundários. As restrições geradas pela imposição de mundos acabam por fazer com que os/as internos/as criem submundos, à margem do mundo oficial. Tais submundos são interpretados como demonstração das patologias. Em outras palavras, aqueles ajustamentos secundários por meio dos quais os/as indivíduos/as tentam se individualizar e alcançar alguma autonomia para além da submissão dos supervisores são, para a disciplina da instituição, exteriorizações das condições naturais da doença do/a internado/a, o que, para Goffman, trata-se de uma interpretação distorcida das reais motivações do agir. Tratam-se, em verdade, de formas pelas quais os/as internados/as procuram apresentar-se diferentes da constituição que lhes é imposta pela doutrina oficial. Elas tomam lugar, sobretudo, em locais que Goffman denomina enquanto locais livres, que são locais onde os/as internados/as podem ter livremente uma certa amplitude de atividades proibidas enquanto possui certo grau segurança em relação à vigilância.

Nas palavras de Marcos Vinícius Lustosa, durante as oportunidades que tivemos de debater sobre o tema, o/a indivíduo/a é, portanto, “esse balançar entre o que a instituição

oficial diz que ele é e aqueles espaços vazios preenchidos por atividades fora das legalmente permitidas. O eu é constituído por esse equilíbrio dialético entre a interpretação oficial e os ajustamentos secundários”.

E como a análise e conceitos analisados por Goffman em relação a um manicômio podem ajudar a responder a pergunta feita acima? Como na cidade que busca combater por todos os meios os focos de resistência é possível, ainda assim, encontrá-los?

Para Lefebvre, citado por D’Almeida (2011, p. 12)

O espaço da “modernidade” tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ele tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos materiais [...], métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, de falsos isolados. Pois, paradoxalmente ainda esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em milgalhas! O que produz guetos, isolados [...]. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais, etc.

Esse espaço da modernidade é chamado por Lefebvre de espaço abstrato que, apesar de não poder ser concebido como homogêneo, contém a homogeneidade como fim, impondo-a, mascarando seu conteúdo em lugar de indicá-lo (D’Almeida, 2011, p. 13). Ainda para Lefebvre “O espaço urbano reúne as multidões, os produtos nos mercados, os atos, os símbolos. Ele os concentra, os acumula” (idem), havendo um constante conflito entre o referido espaço abstrato e o espaço social, que é o

espaço dos valores-de-uso produzidos pela complexa interação de todas as classes no cotidiano. (...). O espaço social incorpora as ações sociais, as ações dos sujeitos tanto individuais como coletivos. (FERREIRA, 2007, p. 4).

A cidade capitalista que busca a preponderância do espaço abstrato está em constante conflito

entre interesses engendrados em torno do espaço social – local dos valores sociais de uso e do desdobramento das relações sociais no espaço – e em torno do espaço abstrato – enquanto espaço de desenvolvimento imobiliário e administração governamental, por exemplo. (idem, p. 5).

É justamente esse conflito onde o espaço abstrato se impõe que acaba por gerar a fragmentação que cria “guetos hierarquizados representando com sua espacialidade a hierarquia econômica e social, setores dominantes e subordinados” (idem). Porém, como *locus* de tal conflito, há diferenças “que se mantêm ou começam à margem da homogeneização, seja como resistência, seja como exterioridade” (Lefebvre *apud* D’almeida,

2011, p. 13), afinal, há, conforme dito acima, uma tentativa de homogeneização, que não é característica, mas fim. O que se tenta é impedir, por meio da fragmentação, que os movimentos de resistência locais possam se integrar, fortalecendo-se e apresentando uma real ameaça. Por essa razão os espaços públicos da cidade atual são espaços de passagem e não de reunião, encontros, manifestação. Consequência da sociedade disciplinar que nos tornamos, como aponta Foucault, onde “as agitações e revoltas no eixo horizontal são contidas pela vigilância permanente do eixo vertical” (Puls, 2006, p. 582).

Nesse aspecto, não há como não identificar na cidade capitalista a intenção de se constituir enquanto uma instituição total. Há um enquadramento no qual “o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos” (Foucault, 2001, p. 179), em um processo de docilização que é levado à cabo, também, por meio da cidade, que pode ser colocada lado à lado com a escola, a prisão, o manicômio ou o quartel. O traço desse processo no espaço da cidade é a quotidianidade, “a vida quotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte” (Lefebvre, 1991, p. 117).

Se o manicômio, enquanto instituição total, separa o/a indivíduo/a da sociedade para além de suas barreiras físicas, a diferença é que a cidade impõe barreiras que impedem que os/as habitantes possam alcançar a sociedade urbana, manifestação da realização e busca incessante do direito à cidade, que “só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”, sendo o urbano “lugar de encontro, prioridade do valor de uso” (idem).

Além disso, tal qual no manicômio, os/as moradores/as da cidade, ou seus/suas internados/as, tem seu eu constantemente profanado por meio de um processo de alienação que, conforme já dito, transforma-os em objetos que podem ser livremente dispostos de acordo com políticas urbanísticas de intervenção no espaço que retira deles qualquer protagonismo na construção dos espaços urbanos. A cidade, para Robert Park, citado por Harvey (2012, p. 3), é a mais bem-sucedida tentativa do homem de reconstruir o mundo onde ele vive da forma mais próxima aos seus desejos²¹. Porém, o que se vê hoje é uma reconstrução levada a cabo por alguns poucos que não veem a cidade como obra, mas como mercadoria.

²¹ No original: “The city (...) is (...) his most successful attempt to remake the world he lives in more after his heart’s desire”.

Dentro dessa lógica, há uma constante tentativa, no espaço urbano, de acabar com aquilo que Lefebvre denomina de lacunas da sociedade, ou evitar que eles se tornem catalisadores de um profundo processo de mudança:

“Entre os subsistemas e as estruturas consolidadas por diversos meios (coação, terror, persuasão ideológica) existem buracos, às vezes abismos. Esses vazios não provêm do acaso. São também os lugares do possível. Contém os elementos deste possível, elementos flutuantes ou dispersos, mas não a força capaz de os reunir”.

Tais abismos, também chamados de heterotopias, são justamente esses espaços liminares de possibilidade, onde algo diferente pode acontecer, por meio do qual as pessoas sentem, fazem, pressentem enquanto buscam algum significado para essa quotidianidade.

Nesses espaços dos possíveis, que são os espaços livres da cidade, os/as indivíduos/as, na construção de “algo diferente”, deixam de agir de acordo com o cotidiano imposto pelo processo de docilização ao qual são submetidos, passando a habitar ou assumir o protagonismo que lhes é próprio na construção do espaço urbano²². São espaços de manifestação do eu, se entendermos que a cidade enquanto obra cria um mundo, pois é a obra que concede ao homem/mulher a visão de si mesmo ao confrontar seu mundo com a natureza que ele/a habita (Harvey, 2012).

As contradições crescentes²³ do espaço urbano acabam por gerar situações de estranhamento que levam ao questionamento das relações de opressão que, até então percebidas como naturais, interiorizadas, revelam-se para aqueles/as que pelo próprio processo de exclusão são incapazes de se inserir até mesmo na quotidianidade. Esse estranhamento é o que possibilita a tomada de consciência que se dá no habitar: é a busca do reconhecimento de si no espaço urbano e do reconhecimento do espaço urbano em si.

O habitar pode ser entendido como um ajustamento secundário, afinal, por meio dele os/as habitantes “conseguem fins não-autorizados (...) de forma a escapar daquilo que a organização [social e espacial] supõe que devem fazer e obter, e, portanto, daquilo que devem ser” (Gofmann, 2010, p. 160).

²² Somente na criação do mundo humano que é possível por meio do habitar, que, para Heidegger, consiste justamente em delimitar o mundo do homem, o homem se reconhece enquanto tal, conforme Harvey (2012, p. 4) “In making the city man has made himself”.

²³ Entendo, tal qual Harvey, que chegamos a um momento no qual as fissuras no sistema, suas contradições, são demasiadamente evidentes para continuarem sendo ocultadas ou internalizadas: “But the fissure within the system are also all too evident. We increasingly live in divided, fragmented, and conflict-prone cities. How we view the world and define possibilities depends on which side of the tracks we are on and on what kinds of consumerism we have access to”. (Harvey, 2012, p. 15). Adiante, prossegue: “(...) the political answer is bound to be much more complex in our times precisely because the urban process is now global in scope and wracked with all manner of fissures, insecurities, and uneven developments. But cracks in the system are, as Leonard Cohen once sang, “what let the light in”. Signs of revolt are everywhere (the unrest in China and India is chronic, civil wars rage in Africa, Latin America is in ferment, autonomy movements are emerging all over the place, and even in the US the political signs suggest that most of the population is saying “enough is enough” with respect to rabid inequalities”(idem, 22).

Tal qual nas instituições totais, os ajustamentos secundários que se manifestam no espaço urbano são objeto de disciplina cada vez maior – a criminalização crescente dos movimentos sociais é um claro exemplo -, ou são seletivamente incorporados buscando evitar a perda do controle sobre a reprodução das relações de opressão.

Os movimentos de resistência, portanto, são movimentos que agem por ajustamentos secundários tentando alcançar fins não autorizados. Surgem da possibilidade que possuem em atuar nos espaços livres que não conseguem ser completamente eliminados diante das contradições cada vez mais agudas que se apresentam na cidade em decorrência de uma globalização que, nas palavras de Bauman (1999, p. 25), é marcada pela progressiva exclusão, possibilitando uma liberdade sem precedentes para uns poucos, enquanto, para outros “pressagia a impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual têm pouca chance de se libertar e mudar-se para outro lugar”.

Mas essa é a globalização perversa denunciada por Milton Santos (2012, p. 21):

Concentração e centralização da economia e do poder político, cultura de massa, cientificização da burocracia, centralização agravada das decisões e da informação, tudo isso forma a base de um acirramento das desigualdades entre países e entre classes sociais, assim como da opressão e da desintegração do indivíduo.

Diante dessa globalização que se apresenta, o geógrafo propõe uma outra globalização, apontando que a proliferação dos movimentos de resistência, desses ajustamentos secundários em relação à globalização perversa, demonstram que ela está alcançando seus limites em decorrência de suas próprias contradições, sobretudo pela produção da pobreza nos centros urbanos, pois, por caracterizar um estado de necessidade que marca a existência de indivíduos completamente excluídos das relações de consumo, “a sociabilidade urbana cria um ambiente que favorece o estado de luta, a criação de uma política que pertence aos pobres, que é resultado da convivência com a necessidade e com o outro” (Coutinho, 2011, p. 125).

A necessidade de existir acaba por impulsionar atitudes criativas diante dos problemas, “produzindo uma dinâmica na qual nem sempre a busca pelo consumo, visão limitada e unidirecionada, prevalecerá, mas que poderá ser substituída pela busca da cidadania, elaboração de visões abrangentes e sistêmicas” (idem). Para Santos, é nesse momento da produção de práticas diferentes “que verificamos a possibilidade da produção de um novo discurso, de um novo grande relato” (idem).

Este novo grande relato para Prentki, citado por Coutinho, refere-se à capacidade de nomear o mundo, a qual é retirada dos indivíduos pela globalização perversa e que só pode ser reconquistada por meio de narrativas alternativas, onde “as relações são construídas na base da dignidade e não do dinheiro, por meio de ações criativas e da autodeterminação de agrupamentos formados por relações horizontais e não verticais” (idem).

Essa alternativa nasce, sobretudo, na periferia, nos locais onde o “cotidiano de todos, pobres e não pobres, é alimentado pela simples necessidade de continuar existindo” (Santos *apud* Coutinho, 2011, p. 125). Podemos, defini-la como um lugar de conflito, onde as contradições emergem e, por isso, elas, as periferias, são cada vez mais segregadas. Porém, como mostra Gofmann (2010), as restrições criam a possibilidade das pessoas conseguirem superá-las, tornando a periferia “um espaço onde emergem ações criativas, movimentos capazes de reagir à situação de privação” (Coutinho, 2011, p. 128).

Portanto, se há uma tentativa de privar a periferia e seus/suas moradores/as do direito à cidade, que, afinal, no espaço urbano é também o direito a ter direitos, tentando submetê-la integralmente às relações de opressão reproduzidas nesse espaço – pela sua morte como lugar do possível, do novo - essa mesma periferia tem mostrado que vive, que pulsa, e que quer assumir o protagonismo na construção de narrativas alternativas por meio dos movimentos de resistência que dela emergem.

Como diria Lefebvre (1991, p. 107), “a vida urbana ainda não começou”.

2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO

Ao contrário do pessimismo de Bauman, que vê a globalização sob um viés extremamente negativo e sem qualquer possibilidade de mudança, os movimentos sociais que emergem globalmente apontam para a possibilidade de outra (ou outras) globalizações. Há, entre esses movimentos, um consenso sobre a ineficácia de políticas neoliberais em remediar problemas ligados à pobreza, má distribuição de renda e riqueza²⁴.

Tal qual Milton Santos que, sem ignorar a natureza perversa da globalização como ela ocorre, aponta *para uma outra* globalização, Boaventura de Sousa Santos também caminha na mesma direção. No seu compreender, aquilo que comumente se denomina globalização “é um vasto campo social no qual grupos sociais, Estados, interesses e ideologias hegemônicos ou dominantes colidem com grupos sociais, Estados, interesses e ideologias contra-hegemônicos em uma escala global” (Santos, B., 2006, p. 393)^{25 26}.

Apesar das contradições inerentes ao que se entende enquanto globalização, para Boaventura há um consenso entre os seus membros políticos mais dominantes. O conceito dominante de globalização traria em si um componente prescritivo e outro descritivo. O primeiro aborda uma série de prescrições que tem por base o consenso acima referido, podendo ser ele denominado de consenso neoliberal ou Consenso de Whashington. Já o componente descritivo trata-se, nas palavras do autor, de um meta-consenso (2006, 3p. 94), onde a ideia central é a de que “estamos entrando em um período onde as grandes disputas políticas estão desaparecendo”, por meio de medidas que possibilitam manter sob controle guerras na periferia do sistema global e também pela institucionalização dos conflitos entre capital e trabalho.

Todavia, tal conceito esconde mais do que revela, ocultando a verdadeira gama de processos que estão ocorrendo por meio de um determinismo que trata a globalização como

²⁴ Conforme Vanden (2007, p. 19): “Yet, as the linked models of Western, capitalist-style democratization and neoliberal economics have taken hold throughout the [south] hemisphere, their suitability as a form of governance and a viable economic system is being called into question. There is growing skepticism that neoliberal economic policies will remedy the residual poverty and misdistribution of income and wealth that have plagued Latin America. Brazil, for instance, had a Gini coefficient of 0.59 at the end of the 1990s (Franko, 2003: 357). Indeed, despite growth and macroeconomic stability during that decade, no Latin American country experienced a decrease in income inequality, and many, including Argentina, Bolivia and Nicaragua, saw income inequality increase”.

²⁵ Original: “These debates have been showing that what is generally called globalization is a vast social field in which hegemonic or dominant social groups, states, interests and ideologies collide with counter-hegemonic or subordinate social groups, states, interests and ideologies on a world scale”.

²⁶ Boaventura entende a globalização como um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e legais, todas interligadas de forma complexa. Nas suas palavras, “globalization seems to combine universality and the elimination of national borders, on one hand, with rising particularity, local diversity, ethnic identity and a return to communitarian values, on the other. (...). Moreover, it seems to be related to a vast array of transformation across the globe, such as the dramatic rise in inequality between rich and poor countries and between the rich and the poor in each country, environmental disasters, ethnic conflicts, international mass migration, the emergence of new states and the collapse or decline of others, the proliferation of civil wars, ethnic cleansings, globally organized crime, formal democracy as a political condition for international aid, terrorism, and militarism., etc.” (2006, p. 393). Trata-se, portanto, de um processo marcado por contradições.

um processo de homogenização irreversível, que segue um caminho linear (idem, 395). Trata-se de um processo que, na verdade, deve ser considerado enquanto um movimento político e ideológico em decorrência daquilo que Boaventura chama de *falácia determinista* e a *falácia do desaparecimento do Sul*.

A *falácia determinista* consiste em transformar as causas da globalização em seus efeitos, obscurecendo o fato segundo o qual a globalização resulta de uma série de decisões políticas que são identificáveis no tempo e no espaço (idem, p. 395)²⁷.

Já a *falácia do desaparecimento do Sul* - que é resultado das decisões políticas que marcam a *falácia determinista* - aborda a integração do mundo em uma economia global na qual não faz mais diferença estabelecer a distinção entre sul/norte (idem). Sendo assim, o conceito de *Terceiro Mundo* desaparece para dar lugar ao conceito de *Países em Desenvolvimento*, transmitindo a idéia de que o desenvolvimento é um processo linear que parte de situações de subdesenvolvimento para alcançar o patamar das economias ditas avançadas, naturalizando a ideia de que toda economia desenvolvida necessitou passar pelo processo de desenvolvimento.

No entanto, tais falácias não subsistem ao confronto com a realidade.

Conforme observa Capella (2008, p.300), a globalização, apesar de mitigar os conceitos que evidenciam uma separação entre centro e periferia, aprofunda as divisões existentes²⁸. Apesar das fontes do Banco Mundial afirmarem uma redução da pobreza, os dados não são confiáveis, conforme aponta Wade (2004) ao concluir que a distância entre centro e periferia está aumentando e assim prosseguirá caso o modelo de globalização prossiga sendo esse fundado no consenso neoliberal.

A globalização é experimentada por diferentes grupos sociais de formas distintas, trazendo efeitos distintos. Se uma parcela da população mundial se torna verdadeiramente globalizada, uma outra parcela, muito maior quantitativamente, está cada vez mais localizada e dependente de processos externos de decisão e produção que estão para além de seu alcance. Portanto, a globalização é um conjunto de diferentes processos de globalização e, em última instância, um conjunto de diferentes e muitas vezes contraditórias globalizações (Santos, B., 2006, p. 395).

²⁷ No original: “The fallacy consists in transforming the causes of globalization into its effects, obscuring the fact that globalization results from a set of political decisions which are identifiable in time and space”.

²⁸ Diante desta globalização disforme, quatro tipos de sociedades foram produzidas: a) Países maduros ou centrais; b) Uma periferia econômica do centro, composto pelos países membros do BRICs e algumas nações asiáticas; c) o mundo “deixado às mãos de Deus” composto por países onde a extrema pobreza impera, sem qualquer investimento externo; e c) Países intermediários, grupo composto, sobretudo, por países árabes que, apesar da forte coesão social, funcionam com base em um modelo que não pode se sustentar em médio prazo dentro da lógica mercantil da globalização.

Em oposição ao modelo dominante, perverso, há uma outra globalização apontada por Boaventura como Cosmopolitanismo Insurgente, o qual consiste em resistências transnacionais organizadas contra as trocas desiguais produzidas ou intensificadas por localismos globalizados e globalismos localizados²⁹.

Essas resistências,

São organizadas através de redes locais/globais entre organizações sociais e movimentos representando aquelas classes e grupos sociais vitimizados pela globalização hegemônica e unidos em concreta luta contra exclusão, inclusão subordinada, destruição de projetos de vida e do meio ambiente, opressão política, supressão cultural e etc (idem).

Apesar de toda a dificuldade que os movimentos insurgentes enfrentam em suas lutas, eles têm obtido sucesso em demonstrar que “há uma alternativa para o modelo de globalização hegemônico, neoliberal e orientado de cima para baixo” (idem).

A oposição à globalização *de cima para baixo* provém, sobretudo, de uma construção local que visa, em última instância, devolver às localidades os espaços públicos de decisão. Ser local em um mundo globalizado, para Bauman (1999, p. 8),

É sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam (...).

Essa situação de privação e degradação social é a marca da existência de grupos sociais excluídos, sobretudo no espaço urbano. A capacidade de gerar e negociar sentidos que lhes é tomada é, justamente, a capacidade de nomear o mundo abordada por Prentki. Privadas do encontro, dos espaços necessários para negociarem sentidos comuns, as localidades deixam de compartilhar significados “comuns ou próximos a respeito da vida comunitária ou do bem comum e público” (Martins, 2011, p. 18). Ao invés da construção intermediada pelas

²⁹ Na compreensão do sociólogo português, “globalized localism is the process by which a particular phenomenon is successfully globalized, whether it is the worldwide activities of the multinational, the transformations of the English language into a lingua franca, the globalization of American fast food or popular music or the worldwide adoption of the same laws of intellectual ownership, patents or telecommunications aggressively promoted by the USA. In this mode of production of globalization, what is globalized is the winner of a struggle for the appropriation or valorization of resources or for the hegemonic recognition of a given cultural, racial, sexual, ethnic, religious or regional difference. This victory translates into the capacity to dictate the terms of integration, competition and inclusion. The second process of globalization is the localized globalism. It consists of the specific impact on local conditions produced by transnational practices and imperatives that arise from globalized localisms. To respond to these transnational imperatives, local conditions are disintegrated, oppressed, excluded, destructured, and, eventually, restructured as subordinate inclusion. Such localized globalisms include: the elimination of traditional commerce and massive destruction of natural resources in order to pay off external debt; the use of historic treasures, religious ceremonies or places, craftsmanship and wildlife for the benefit of the global tourism industry; ecological dumping (the ‘purchase’ by Third World countries of toxic waste produced in the core capitalist countries in order to pay for foreign debt); the conversion of subsistence agriculture into agriculture for export as part of ‘structural adjustment’; and the ethnicization of the workplace (devaluing of salaries because the workers belong to an ethnic group considered ‘inferior’) (Santos, B., 2006, p. 397-397).

distinções e diferenças dos/as diversos/as indivíduos/as ou grupos, os significados passam a ser homogeneizados por meio de espaços livres de conflitos, obtidos por aquilo que Dagnino, citada por Martins (idem), denomina de confluência perversa: por meio da cooptação de entidades e grupos da sociedade civil, o Estado tem possibilitado um processo que suprime distinções e divergências entre os referidos grupos e, principalmente, entre esses e o Estado, gerando “um vocabulário comum de procedimentos e mecanismos institucionais que enfraquecem a dimensão política da cidadania e da solidariedade” (idem).

Assim, criam-se barreiras para uma atuação coletiva em busca de mudanças, privilegiando pautas individuais baseadas em demandas particularizadas e utilitárias (idem). Porém, é contra essas barreiras e buscando a reconquista pelas localidades da sua capacidade de gerar e negociar sentidos que os espaços livres³⁰ da cidade estão cada vez mais ocupados por movimentos de resistência.

Boaventura aponta para a contradição das últimas décadas, que, apesar de um excesso de regulação e dominação da vida social, conviveu com “movimentos emancipatórios poderosos, testemunhas dos surgimento de novos protagonistas em um renovado espectro de inovação e transformação social” (B. S. Santos, 2001, p. 177).

Em um mundo onde o trabalho deixa de ser referencial de construção de sociabilidades, da inserção dos indivíduos na sociedade, diante da exclusão de boa parte da população dos mercados formais e informais, impossibilitada de qualquer acesso ao trabalho, assim como diante da emergência de novas lutas por inclusão e reconhecimento que ultrapassam o âmbito das relações de produção, esses novos protagonistas que emergem a partir da década de setenta do século passado possuem diferenças em relação aos movimentos que os antecederam.

Denominados de Novos Movimentos Sociais, as diferenças em relação aos movimentos fundados no trabalho que marcaram o protagonismo social no século XIX e em boa parte do século XX resultam, principalmente, da identificação de novas formas de opressão, como o machismo e racismo, que não se limitam às relações de produção mas vão além, estando presentes em diversos contextos da vida. Para além disso, os Novos Movimentos Sociais advogam “por un nuevo paradigma social, menos basado en la riqueza y

³⁰ Vale aqui frisar que os espaços livres não se tratam tão somente de locais geográficos, físicos. Apesar da vigilância que busca suprimir o protagonismo social transformador - que representa resistência à reprodução das relações de opressão - assumir a dimensão de uma vigilância sobre os espaços físicos, controlando as ações dos indivíduos, os espaços livres são também âmbitos discursivos e conjuntos de práticas que podem estar localizados dentro de espaços geográficos fortemente vigiados. Seja por meio de mecanismos de proteção desses espaços livres em relação à ingerências externas que retirem sua liberdade, seja pelo desinteresse das elites em relação ao potencial transformador desses espaços, tais localidades não identificáveis geograficamente permanecem livres. Ser livre não significa ausência de oposição: basta citar o movimento Anonymous que, por meio da rede digital de computadores, reproduz seus discursos e práticas, escapando de um controle que se intensifica dia após dia.

en el bienestar material, del que en la cultura y en la calidad de vida” (idem, 178) atacando e criticando os excessos de regulação da modernidade que não alcançam apenas

“el modo como se trabaja y produce, sino tambien el modo como se descansa y vive; la pobreza y las assimetrias de las relaciones sociales son la otra fase de la alienacion y del desequilibrio interior de los individuos; y finalmente, esas formas de opresion no alcanzan especificamente a una clase social y sí a grupos sociales transclasistas o incluso a la sociedad en su todo” (idem).

O grande impacto de suas lutas reside no enfoque sobre a subjetividade visando uma nova prática cidadã que, para Boaventura, estaria em oposição às lutas anteriores pautadas pela concepção dominante de cidadania. Ao contrário dessa, marca da democracia representativa, a subjetividade tem espaço na democracia participativa, entendida como “experiência coletiva pulsante (...), como uma prática cultural de valor público e com potencial deliberativo” (Martins, 2011, p. 20) capaz de favorecer a construção de relações pautadas pela solidariedade que nasce da relação entre os indivíduos, possibilitando “repensar a ação pública a partir das novas exigências de reconhecimento e de participação apresentadas pelos atores-autores da sociedade civil” (idem, 19). Tal engajamento político não é possível por meio de demandas que almejam apenas a mera concessão de direitos abstratos e universais, como é característico da cidadania, mas, também, por demandas que buscam uma “mudança global dos processos de socialização e de construção cultural e dos modelos de desenvolvimento, exigindo transformações concretas, imediatas e locais” que demandam repensar o próprio conceito de cidadania (Santos, B., 2001, p. 180).

Tais mudanças são buscadas por meio da construção de uma nova cultura política que se revela como a busca por uma nova “qualidade de vida pessoal e coletiva baseadas na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil” (idem, p. 181), incentivando a autonomia e combatendo a dependência burocrática, personalizando e localizando as relações interpessoais e coletivas ao invés de sujeitá-las a padrões abstratos, externos às localidades (idem, p. 182).

A reconstrução dos espaços públicos de deliberação, conflito e convivência são fundamentais para concretização desse grande projeto que combate as práticas difundidas pela globalização hegemônica, sendo as mais sintomáticas para a referida questão a privatização dos espaços públicos urbanos por meio da “crescente vigilância e securitização a que estão sujeitos” (Carmo e Stevens, 2008, p. 5), gerando espaços “de grande conformidade, nos quais os comportamentos e a sua utilização são tendenciosamente homogeneizados segundo regras previamente definidas” (idem) e, também, a “crescente mercadorização do espaço

urbano”, criando “espacialidades a-conflituosas, nas quais as únicas atividades encorajadas são o consumo e o lazer, atividades levadas a cabo de forma desligada da realidade” (idem), o que se manifesta por uma “perda de empenhamento dos indivíduos pelas grandes causas de foro coletivo ou até mesmo pelos grandes projetos singulares” (Idem, p. 6).

Os Novos Movimentos Sociais, ao buscarem superar essa situação de desamparo e impotência das localidades periféricas, assim como dos grupos sociais excluídos ou marginalizados, têm optado por uma ação que visa ao aprofundamento da democracia por meio da preferência de estruturas de organização descentralizadas, não hierárquicas e fluidas. Apostam, igualmente, na ação política não institucional, para além do Estado, ressignificando as relações entre público e privado, possibilitando, nas localidades, a formação de espaços de deliberação e ação onde o conflito emerge, sendo entendido como elemento capaz de “potenciar maior participação, coesão social e inovação ao nível das relações sociais e espaciais dos comportamentos e das práticas” (idem, 3), favorecendo o diálogo e a discussão e, com isso, “a fruição do espaço público e de uma cidadania plena” (idem).

É importante lembrar que esses espaços são “[locais] de encontros, protestos e reivindicações” (Merrifield, 1996, p. 69), simbolizando “a solidariedade e a experiência coletiva, (...) lugares onde a luta política e a dissonância são experienciadas”, onde as pessoas se juntam procurando a reapropriação do espaço urbano e a “reconstrução da sociedade à sua imagem” (idem).

Por meio de sua ação na construção desses espaços, os movimentos sociais, apesar das dificuldades, têm “investido cada vez mais na conquista de direitos culturais, na preservação das identidades locais e, alguns deles, têm buscado, também, construir alternativas ao modo capitalista de produção e consumo” (Picolotto, 2008, p. 75), combatendo a racionalidade econômica neoliberal. Conforme afirma Vanden (2007, p. 19), em relação à América Latina, para os olhos da maior parte dos setores populares “os ajustamentos estruturais e as reformas neoliberais advogadas pelo sistema financeiro internacional como o Fundo Monetário Internacional e pelo consenso de Washington ameaçam sua segurança e bem-estar”³¹.

Esse ajustamentos e reformas, implementados por meio de políticas públicas, assim como pela precarização das relações de trabalho, diminuição da atuação do Estado na sua função redistributiva por meio da garantia dos direitos sociais, têm criado uma massa de desamparados; as que não encontram qualquer possibilidade de inserção social, assim como têm impulsionado um “enfraquecimento dos vínculos sociais representados pelos direitos e pelas identidades forjados a partir da condição assalariada” (Picolotto, 2008, p. 75).

³¹ Tradução livre.

O combate de tal realidade requer, conforme alguns movimentos sociais vêm fazendo, “resgatar da economia o social” (idem), reforçando a visão segundo a qual a “economia é um elemento da sociedade e não a sua definidora”, apesar da realidade atual ser justamente aquela na qual o mercado é o definidor da sociedade.

Dentre os movimentos que têm representado resistência ao modelo de globalização hegemônica por meio da resignificação e transformação da economia e das relações de produção, a Economia Solidária possui expressiva presença e atuação.

Nas palavras de França Filho (2008, p. 223), a Economia Solidária pode ser definida enquanto

Uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias sócio-produtivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos comunitários, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus.

O referido movimento parte do pressuposto de que os mercados, enquanto instituições, não podem ser encarados como pontos de encontro neutros e impessoais onde atores agem de acordo com motivos individuais racionalmente construídos. Ao contrário, defendem o mercado enquanto um campo, ou “situações nas quais grupos organizados de atores se reúnem e desenvolvem suas ações recíprocas face a face”, e que, assim sendo, é construído pelas práticas sociais preexistentes, pelas habilidades dos indivíduos e grupos que ali atuam na exploração de tecnologias organizativas, pelas relações de poder entre os grupos e pelas estruturas cognitivas por meio das quais aqueles que atuam em um campo utilizam quadros culturais para analisar as ações dos outros (Flingstein, 2007, p. 47). Ou seja, o mercado é um ambiente de disputa, onde grupos dominantes e oprimidos disputam suas visões de mundo e lutam ou pela reprodução das relações de opressão ou pela emergência de relações de emancipação e, sendo uma construção social, os mercados devem ser incorporados à vida social e não o contrário.

Enquanto movimento social econômico, a Economia Solidária busca redefinir as relações entre produtores e consumidores, entre público e privado, construindo uma “nova cultura de ação política visando a reapropriação da economia a partir de valores próprios”,

abordando questões econômicas e de redistribuição a partir “de propostas de mudanças culturais e de demandas por reconhecimento”, voltando-se para o “questionamento das assimetrias do comércio mundial” (Portilho, 2009, p. 204). Com isso, intentam construir uma outra economia que possibilite aos grupos sociais excluídos ou marginalizados e às localidades colocadas fora das cadeias produtivas globais a possibilidade de alcançarem as condições materiais necessárias para satisfação de suas necessidades e para realização de seus projetos de vida por meio da inserção em redes de solidariedade que constroem as relações econômicas em bases mais justas e inclusivas, incorporando aos processos produtivos demandas por reconhecimento diversas.

Conforme afirma França Filho (2012, p. 33), a maior vocação da Economia Solidária é a de afirmar o acesso a um conjunto de direitos por meio de iniciativas socialmente justas. O acesso a tal conjunto de direitos é consequência da inserção das camadas excluídas em atividades produtivas, devolvendo a elas e às localidades a possibilidade de verem supridas suas necessidades básicas e a possibilidade da consecução dos meios materiais necessários para a realização de seus projetos de vida.

É importante destacar que a Economia Solidária em momento algum busca ser um paliativo para as crises do capitalismo e do atual modelo de globalização. Políticas neoliberais, diante da superação da ideia de que o pleno emprego fosse possível, passaram a defender a inserção da população desempregada no mercado formal por meio da ideia de empreendedorismo: “quando se reconhece a incapacidade do mercado em gerar emprego formal para todos, a solução dentro dos limites do paradigma econômica atual se concentra, então, na chamada geração do auto-emprego ou criação do próprio negócio” (França Filho, 2008, p. 222).

No entanto, tal discurso empreendedor oculta “os riscos inerentes ao ato de empreender de forma privada” (idem), desconsiderando que não há espaço para todos. Conforme dados do Sebrae, 90% dos micro e pequenos negócios não sobrevivem aos primeiros cinco anos de vida (idem), o que não decorre apenas de fatores ligados à má gestão ou falta de recursos: a natureza competitiva do mercado, assim como a lógica de empreendedorismo defendida, impedem que haja uma justa distribuição do trabalho e renda visando possibilitar que todos possam suprir suas necessidades. Ao priorizar uma lógica individualista de geração de renda que em nada é capaz de alterar o atual quadro de exclusão que é a marca dos mercados sob a égide do capitalismo financeiro, mantendo o círculo vicioso que não “reconhece o caráter intrinsecamente excludente da dinâmica da própria economia de mercado via acumulação capitalista e, assim, não consegue enxergar soluções para além de

uma paradigma de mercado” (idem), a alternativa do empreendedorismo individual é uma promessa vazia.

A Economia Solidária, em oposição ao modelo acima exposto, advoga a prática de uma concepção sustentável-solidária como plataforma para o desenvolvimento local, segundo a qual “em termos de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local, as saídas ou soluções não podem ser individuais, ou seja, baseada numa suposta capacidade empreendedora individual” (idem, p. 223).

Com isso, enfatiza-se a importância dos territórios, apostando em sua capacidade “de serem sustentáveis, mesmo aqueles aparentemente mais carentes” (idem), priorizando a “valorização de soluções endógenas a partir da ideia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para seus próprios problemas” (idem).

Atualmente, o conceito vem cedendo espaço para uma nova denominação: Economia Popular e Solidária. Com isso, busca-se ressaltar o papel que as formas populares de organização da economia possuem, que, conforme Arroyo e Schuch (2006, p. 20), seriam “o segmento de base do conjunto da economia” sendo responsável por atender as demandas imediatas da população, estabelecendo-se nas localidades, sintetizando produção e consumo no giro local de riquezas e que, por isso, “é intrinsecamente distributiva”.

Tal denominação evidencia ainda mais a via sustentável-solidária proposta pela Economia Solidária, uma vez que passa a se referir ao

Segmento da economia caracterizado, entre outros aspectos, por negócios que se estruturam a partir do atendimento direto das demandas da população e por estabelecer o giro local, movimentando majoritariamente seus insumos e produtos em um determinado território, corroborando com o dinamismo que alimenta as diversas cadeias do arranjo produtivo local, além de se comunicar com cadeias que extrapolam aquele arranjo (Arroyo e Schuch, 2006, p. 69).

As cadeias produtivas locais constituem a inter-relação entre empreendedores populares que “além de gerarem sua própria inserção na economia, proporcionam a de muitos outros” (idem), viabilizando a geração de renda e salário na localidade para, assim, estimular o consumo ali, impulsionando o giro de riquezas que possibilitam sua distribuição ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento do bairro ou comunidade onde se desenvolvem. Tais empreendedores populares são responsáveis por 80% dos postos de trabalho existentes no Brasil, além de contribuírem para 30% do Produto Interno Bruto.

É certo que muitos deles, a grande maioria, não pratica o modelo de autogestão com bases associativas defendido pela Economia Solidária. Porém, dados recentes mostram o

crescimento dos empreendimentos solidários no Brasil, revelando que cada vez mais grupos marginalizados se organizam por meio de associações e cooperativas para inserção nas relações econômicas. As dificuldades para que tais empreendimentos sobrevivam em um contexto onde a lógica econômica é completamente distinta daquela por eles defendidas são enormes. Vários estudos revelam como são altos os números de empreendimentos que não alcançaram a viabilidade necessária para sua manutenção, sendo obrigados a fechar as portas. No entanto, enquanto movimento social, esse movimento que busca uma outra economia vem lutando pela ampliação de seus espaços e pautas, estando ainda à frente da luta pela construção desse outro modelo que está intrinsecamente relacionado com o “usufruto de direitos básicos com inserção econômica do cidadão” (idem) possibilitando uma vida digna.

Essa luta propõe, principalmente,

Um novo modelo de desenvolvimento que seja justo, solidário e sustentável, no qual o significado de mercado se confunda com o de sociedade, não se restringindo mais apenas aos que podem pagar. No qual a ideia de riqueza esteja associada a distribuição e não à acumulação. Enfim, um modelo de desenvolvimento em que o trabalho comande o capital, o que coloca a economia popular como segmento central para construção do projeto de economia solidária. (idem, p. 70).

Aqui é fundamental destacar a defesa de uma economia que não seja pautada pelos princípios capitalistas de maximização dos lucros, ação egoísta e individual. É necessário evidenciar a natureza social dos mercados e o papel das inter-relações entre os sujeitos que ali atuam, defendendo “uma economia de mercado baseada nos princípios (...) de cooperação e mutualidade” (Sousa Santos, 2005) e, enquanto movimento que se insere dentro do contexto dos denominados Novos Movimentos Sociais, dar preferência “às formas de organização políticas pluralistas”, inspirando-se nos valores de “autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade” (idem).

As práticas econômicas solidárias, portanto, ao voltarem-se para satisfação de necessidades da população dentro da localidade onde a vida se desenrola, engajando-se na construção de novas sociabilidades, da inclusão e empoderamento dos/as indivíduos/as por meio do trabalho, possibilita a “valorização e apropriação do território como espaço de reprodução da vida e convivência humana” (Picolotto, 2008, p. 83), resgatando, assim, “o valor social e a dimensão pública do território, como espaço da interação e da troca”. Nas palavras de Picolotto (idem),

Esse resgate representa um contraponto ao esvaziamento do território produzido pela lógica de competição e do ganho que reduz o espaço ao seu aspecto funcional, como local de passagem ou de satisfação do interesse privado. Ao mesmo tempo, restitui o local como espaço de relações face a face.

Assim, a Economia Popular e Solidária não pode ser encarada apenas como um conjunto de medidas visando a superação da crise do trabalho. Ela deve ser compreendida enquanto um movimento social que luta por uma outra economia, assim como por uma outra globalização, representando um meio de devolver às localidades o poder de decidirem e construírem de forma autônoma seus projetos, garantindo aos indivíduos que ali vivem o direito à cidade enquanto espaço de construção de sociabilidades, de reconhecimento, de liberdade e enquanto local de concretização de uma vida digna³².

³² Conforme Picolotto (2008, p. 88): “A economia solidária não pode ser entendida somente como uma alternativa de geração de renda ou como forma de recuperar empreendimentos falidos. Deve ser entendida como um movimento social que através de suas ações tem possibilitado transformações tanto materiais, quanto culturais na sociedade atual. No campo material, como se apontou, as ações deste movimento têm propiciado a organização de trabalhadores em estabelecimentos associados, criação de postos de trabalho, geração de renda, recuperação de empreendimentos falidos, entre outros. No campo cultural, as transformações produzidas referem-se principalmente ao cultivo de relações cooperativas de solidariedade, de ajuda mútua, de reciprocidade; o desenvolvimento de habilidades sociais para o trabalho associado; consciência acerca do trabalho e da posse coletiva ser uma possibilidade; e, processos de construção de cidadania. Em resumo, as mudanças propiciadas no campo da cultura referem-se basicamente ao terreno dos valores e, neste caso, os valores trabalhados são basicamente: cooperação, solidariedade, igualitarismo e cidadania.”

3. BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES

Dentre as iniciativas encontradas no âmbito da Economia Solidária, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) têm alcançado relevantes conquistas na luta pelo desenvolvimento de comunidade economicamente vulneráveis a partir dos princípios da autogestão, autonomia, democracia participativa e solidariedade. Tais iniciativas vêm revelando sua capacidade em combater os efeitos negativos que a globalização, tal qual ela ocorre, gera para localidades, possibilitando aos indivíduos afirmarem direitos e concretizarem projetos de vida. Trata-se de iniciativas que demonstram ser valiosas ferramentas na concretização do direito à cidade. Abaixo, explicarei um pouco mais sobre tais Bancos.

Criado em 1998, o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento no Brasil foi construído pelos moradores do Conjunto Palmeira, um bairro pobre na periferia de Fortaleza. Sua criação foi resultado de quase duas décadas de protagonismo dos moradores em torno da “Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras” (ASMOCOMP) que, diante de um preocupante cenário de desemprego entre os/as moradores/as, assim como de baixa renda familiar, decidiu implementar uma rede de solidariedade entre produtores/as e consumidores/as da comunidade. Tal rede materializou-se no Banco Palmas, cujo objetivo, conforme estabeleceu a própria comunidade, é “garantir microcréditos para produção e consumo local, a juros muito baixos, sem exigência de consulta cadastrais, comprovação de renda ou fiador”³³.

Tendo iniciado suas atividades oferecendo empréstimos para 10 clientes, totalizando, ao todo, R\$ 2.000,00 reais, hoje a carteira de crédito supera os R\$ 2.500.000,00 reais. Porém, enquanto Banco Comunitário de Desenvolvimento, o crédito é apenas ferramenta para consecução de um objetivo muito maior, não possuindo ele a centralidade na organização engendrada pelos moradores da comunidade em busca do desenvolvimento local, almejando a superação da condição de exclusão e desigualdade social a qual estavam submetidos.

Conforme Arroyo e Schuch (2006, p. 78), “o lugar do crédito (...) é o de instrumento na estratégia de desenvolvimento da sociedade como um todo”, o qual, na perspectiva da construção de uma economia solidária e popular, ganha “natureza sistêmica cuja aplicação dialoga com a realidade em suas múltiplas facetas: social, econômica, política, ambiental e

³³ Informações retiradas do sítio do Banco Palmas: ³³ <http://www.bancopalmas.org.br/>.

cultural, não se limitando à bancarização da miséria”. Assim, o financiamento solidário realizado por meio do microcrédito tem a finalidade de possibilitar que o Banco Palmas, assim como outros Bancos Comunitários de Desenvolvimento, possam cumprir seu objetivo maior, qual seja, promover e financiar o desenvolvimento das localidades onde se encontram por meio da construção de redes de solidariedades entre os moradores/as que são, também, produtores/as e consumidores/as, e, com isso, promover um projeto de economia que se organiza a partir do trabalho e não do capital, comumente denominada de Economia Popular e Solidária³⁴.

Enquanto iniciativa que apoia e se insere dentro do contexto da Economia Solidária, os BCDs são criados por iniciativa da própria comunidade de forma autônoma. Tal fato é fundamental na caracterização dessas iniciativas que são gestadas dentro dos territórios a partir da vontade da própria comunidade que passa a questionar a condição na qual se encontram, uma vez que evidencia seu surgimento enquanto fruto da mobilização da comunidade que busca ser protagonista de sua própria emancipação de forma coletiva. Assim, os BCDs são ferramentas construídas pelos territórios para possibilitar os meios materiais para efetivação de direitos por meio do desenvolvimento local que é impulsionado pela articulação comunitária em torno de laços de solidariedade.

Ademais, os BCDs são geridos pela própria comunidade, a qual integra seus quadros administrativos, formulando e conduzindo políticas de crédito, assim como planejando ações para captação de recursos e para o fomento da produção e consumo local por meio da administração e controle da circulação de moeda social e, também, pela realização de atividades voltadas para conscientização da população do território sobre a importância do apoio ao desenvolvimento local por meio de um consumo consciente, de práticas econômica solidárias e do fortalecimento do sentimento de pertencimento dos/as moradores/as em relação ao Banco Comunitário. A estrutura administrativa é estabelecida por cada comunidade de acordo com suas necessidades e aspectos locais, porém, de forma geral, há o estabelecimento de espaços onde os/as membros/as da comunidade podem manifestar sua vontade em relação aos rumos do banco, exercendo controle sobre as decisões tomadas por instâncias inferiores onde não há participação ampla da comunidade por questões de

³⁴ Conforme definição estabelecida no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários: “Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores”.

praticidade, uma vez que não é tarefa fácil mobilizar uma parcela relevante da comunidade para que esteja sempre presente na tomada de decisões mais procedimentais e emergenciais.

Esses espaços de participação ampla recebem, na maior parte das vezes, o nome de Fórum. É aí que se promove a construção de uma nova cultura política pautada pela participação daqueles/as que não permanecem apenas enquanto beneficiários das políticas promovidas pelo BCD, mas se constituem enquanto seus idealizadores e gestores, possibilitando, na construção da vontade da comunidade, a sua efetiva participação por meio de uma postura ativa e solidária voltada à emancipação. Trata-se da “materialização de um espaço público voltado às necessidades locais” (Garcia, 2011, p. 2), espaço esse que “assume particular importância na circulação de pessoas, bens e/ou mercadorias, ideias ou utopias, e na comunicação estabelecida em encontros, conversas e discussões, tanto formais como informais” evidenciando a democraticidade das relações de sociabilidade construídas em torno dos BCDs. Com isso, possibilita-se que as localidades recuperem os espaços públicos que são removidos para além do seu alcance. Recuperam os lugares de encontros, protestos e reivindicações onde podem construir de forma coletiva e solidária seus projetos de vida e propor um novo modelo de desenvolvimento.

Portanto, em seu aspecto político, que merece ênfase, os BCDs são iniciativas que visam, sobretudo, a promoção de sociabilidades entre os/as habitantes dos territórios onde se encontram por meio da construção de uma rede associativa que estimula a criatividade e solidariedade tendo por base uma estrutura organizacional pautada por relações horizontais que incitam o compartilhamento de “significados comuns ou próximos a respeito da vida comunitária ou do bem comum e público” (Martins, 2012, p. 18). Essa comunhão de significados é fundamental para uma prática associativa que, tal qual aquela proposta pelos BCDs e outras iniciativas que se inserem no escopo da Economia Solidária, almeja a promoção de uma cultura política que valorize a democracia participativa vislumbrada a partir da “participação coletiva na política como prática cultural, ou, mais precisamente, a democracia participativa como cultura do dom, da aliança e da solidariedade em torno do bem comum e, no caso das sociedades modernas, do bem público” (idem) por meio de uma ação não-intencional, mas fruto da vivência coletiva em torno desses conceitos compartilhados, os quais “articulam as representações sobre a dignidade, sobre o viver junto e sobre o respeito peculiar aos direitos” (Taylor, 2005, p. 25).

Cabe ressaltar que os BCDs, em sua origem, manifestam o simbolismo associativo que reflete a existência do social não a partir de uma visão individualista, como aquela baseada no mercado, ou holística, como aquela centrada no Estado, mas sim enquanto algo que deve ser

compreendido por meio de uma tendência dos/as indivíduos/as de “se associarem de algum modo em torno de funções simbólicas que dão sentido à vida comunitária e associativa” (idem), negando “toda tentativa de limitar as motivações humanas apenas à moral do interesse e do egoísmo e de privilegiar a economia de mercado como instância privilegiada na produção do bem-estar social” (Martins, 2005, p. 50).

Os/as indivíduos/as não se articulam visando produzir lucro por meio de uma ação utilitarista de satisfação dos desejos próprios pautada por interesses egoístas: o que eles buscam é retirar o social do mercado, evidenciando que “a invenção do social apenas ocorre a partir da solidariedade entre os indivíduos” (idem, p. 60) que passam a encarar as relações de produção e troca não como uma atividade desvinculada da vida social, mas como parte integrante dela e que tem na solidariedade seu fundamento maior, superando a lógica binária do sistema de trocas equivalentes que pauta o mercado (dar-pagar), assim como aquele da reciprocidade que é característico do Estado (receber-devolver). O social baseia-se em um sistema de trocas não equivalentes marcado pela lógica “dar-receber-retribuir”, característica do sistema da dádiva ou dom, na qual “o valor da relação em si é tido como mais relevante que o valor das coisas ou dos usos” (idem, p. 60). Não significa dizer que o mercado e o Estado não funcionem com suas regras próprias, mas sim que o social não é conformado por eles, mas é parte dessa totalidade que denominamos sociedade que é o resultado “ambivalente de como esses diferentes lógicas – irredutíveis entre si – participam na montagem do jogo social” (idem, p. 62)³⁵.

Nesse sentido, é importante destacar a razão que leva os/as moradores/as a se organizarem para criação de um BCD. Ao longo das entrevistas que conduzi na Cidade Estrutural como parte da pesquisa de campo que embasa o presente trabalho de conclusão de curso, entre os/as entrevistados/as (os/as responsáveis diretos pela articulação da iniciativa naquela localidade), todos responderam que os benefícios do banco não estavam na mudança que ele possibilitaria às vidas individualmente consideradas, mas na possibilidade de desenvolvimento que o banco traria à comunidade, melhorando a qualidade de vida de todos/as, o que, conseqüentemente, melhoraria a vida de cada um/a individualmente. Para além disso, é notório, na análise das relações de troca que se desenvolvem a partir e por meio

³⁵ Conforme Caillé (2000, p. 21) citado por Martins (2005, 62): “a dádiva pode também ser lida como um anti-paradigma pois visa restituir sem finalidade pré-fixada os sentidos do simbolismo, da aliança, da associação e do político (...). Um (anti)paradigma que, contra as representações individualistas e holistas, busca legitimar novas significações da sociedade a partir de movimentos de ordens, desordens e contextualizações inevitáveis mas sempre fugidios e imprevisíveis (...). Trata-se de um pensamento que se inspira no movimento da vida e que se apoia numa pluralidade de lógicas, inclusive aquela do interesse (mercado) e da obrigação (Estado) mas que prioriza, na constituição do vínculo social, não uma ou outra lógica, mas todas simultaneamente, gerando um movimento paradoxal e incerto de interesse e desinteresse, de liberdade e de obrigação centrado no valor da relação”. Adiante, Martins (idem) citando Godbut (1996, p. 174), prossegue afirmando que “a dádiva parece veicular um terceiro tipo de valor que se poderia chamar valor do vínculo, que exprime a intensidade da relação entre os parceiros do dom”.

do Banco Comunitário, que o valor de troca das mercadorias está em segundo plano em relação à decisão de consumir dentro da própria localidade, ainda que isso represente uma desvantagem em termos econômicos, que, no entanto, não é capaz de desestimular aquela ação que se volta muito mais para o fortalecimento da localidade e da construção de relações por meio de trocas não equivalente e que abrem a possibilidade/obrigação da retribuição.

Assim, põe-se em evidência o fato segundo o qual as relações sociais assumem papel importante na tomada de decisão dos indivíduos em suas ações “economicamente orientadas”, as quais não se desenvolvem para além da sociedade. Portanto, não há espaço para máximas (como “amigos, amigos, negócios à parte”) que marcam uma separação entre o social e o mercado buscando legitimar condutas que seriam reprováveis em uma esfera e que, no entanto, não seriam em outra em decorrência das lógicas distintas que se operam em cada uma. Ao invés de banir as relações de sociabilidade primárias, a outra economia proposta pelos BCDs e pelas demais iniciativas da Economia Popular e Solidária evidenciam como tais relações que se fundam na solidariedade não são incompatíveis com práticas econômicas, mas devem ser construídas também a partir delas, assumindo, conforme dito anteriormente, que o valor da interação não está apenas na satisfação dos interesses, mas sobretudo na construção de sociabilidades que formam redes indispensáveis para o sucesso dessas iniciativas e para recuperar o social da conformação que, principalmente, o mercado impõe³⁶ diante da crise do Estado-providência que deu ensejo para implantação da agenda política neoliberal.

Em seu aspecto socioeconômico, profundamente relacionado com o político acima descrito, os BCDs voltam-se para “o incremento da produtividade sistêmica do território” (Garcia, 2011, p. 2), por meio de ferramentas que lhe são próprias: o crédito popular e a moeda social. Tal incremento é indispensável para viabilizar as condições materiais necessárias para que a comunidade possa realizar seus projetos de vida coletivos e individuais, possibilitando, por meio da construção de redes associativas que vão desde a localidade até um nível mais global, a construção de “valores e experiências de uma economia de novo tipo, solidária, que atravessa todas as dimensões do processo econômico” (Arroyo e Schuch, 2006, p. 78).

³⁶ Conforme França Filho (2008, p. 225), “a compreensão da natureza singular das práticas de rede da economia solidária supõe uma desconstrução da concepção habitual sobre o fato econômico que o identifica com a noção de mercado ou troca mercantil. Ao menos duas implicações problemáticas podem ser constatadas em decorrência dessa definição, indicando seu caráter reducionista. A primeira diz respeito ao pressuposto da escassez, que caracteriza a realidade e meio ambiente econômico, *a priori*, por meio da ênfase sobre a noção de recursos raros. A segunda é relativa à visão de natureza humana, cujo comportamento reduz-se a uma questão de escolha racional, como se o próprio da ação e conduta humana fosse proceder sempre a um cálculo utilitário de consequências”. A Economia Popular e Solidária, conforme França Filho, corresponde a uma noção de economia plural, abrangendo “uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas” (idem), articulando economia mercantil, economia não mercantil (fundada no princípio da redistribuição por meio da verticalização das relações de troca possibilitadas e realizadas pelo Estado) e economia não monetária, a qual se relaciona com a dívida, fundada no princípio da reciprocidade (idem).

Em relação ao projeto de desenvolvimento impulsionado por essa outra economia na qual se inserem e que propagam os BCDs, pode-se afirmar que ele se identifica com aquilo que França Filho (2008) denomina de via sustentável-solidária, a qual parte da premissa de que “em termos de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local, as saídas ou soluções não podem ser individuais, ou seja, baseada numa suposta capacidade empreendedora individual. Mas, ao contrário, considera-se que as razões para o problema da falta de trabalho [pobreza e subdesenvolvimento] encontram motivos, sobretudo, de natureza estrutural. Logo, suas soluções de enfrentamento devem ser coletivas” (idem, p. 223) dando ênfase aos territórios, apostando na capacidade deles de “serem sustentáveis, mesmo aqueles mais carentes” que devem ter as ações e estratégias endogenamente articuladas valorizadas “a partir da ideia de que todo local, bairro ou comunidade (...) pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas” (idem).

É dentro dessa lógica de desenvolvimento que assume a premissa de uma saída coletiva que o aspecto político e socioeconômico dos BCDs se confundem. Sua atuação é pautada por uma construção conjunta da oferta e demanda, estimulando a criação de atividades ou ofertas de serviços com base nas “demandas reais, expressas pelos moradores em seu local” (idem). Nas palavras de França Filho (idem), “tal economia estimula (...) no território, um circuito integrado de relações socioeconômicas que envolvem produtores e/ou prestadores de serviços em articulação com consumidores e/ou usuários de serviços, numa lógica de rede de economia solidária”.

Assim, demanda e oferta deixam de ser conceitos abstratamente considerados, articulando produtores/as e consumidores/as por meio de um “análise integrada dos custos e benefícios para a qualidade de vida da população de uma determinada região, envolvendo o conjunto dos fatores, e assegurando que a própria base natural e produzida de riqueza seja mantida ou aumentada. [...]” (Dowbor apud Garcia, 2011, p. 15). Tal análise é fundamental para identificar as potencialidades e carências do território, possibilitando a reversão de quadros de subutilização dos fatores e um eficaz direcionamento “dos investimentos e dos esforços de organização econômica e social” (idem). Trata-se, enfim, da “apropriação social do capital no intuito de gerar forças endógenas para o desenvolvimento territorial” (Garcia, 2011, p. 24).

Em termos específicos, o crédito popular assume o papel de meio para possibilitar o desenvolvimento da localidade, permitindo a articulação entre consumo e produção realizada pelos BCDs. Vale ressaltar que o oferecimento do crédito envolve um acompanhamento técnico por parte dos agentes de crédito do banco, orientando produtores/consumidores sobre

a melhor maneira de utilizar aquela quantia, sempre tendo por base as decisões da comunidade, assim como estudos que buscam mapear o consumo e produção local possibilitando a formulação de projetos de construção conjunta da oferta e demanda. No âmbito de tal postura, conforme França Filho (2008, p. 227), os ajustes entre produção e consumo ocorrem “por meio de debates públicos concretos no espaço associativo, num exercício de democracia local, em que os próprios moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e/ou serviços (ou seja, a criação das atividades socioeconômicas), em função das demandas efetivas identificadas precedentemente por eles próprios”.

Já a moeda social, por sua vez, tem a função de estimular a circulação de “dinheiro” na própria comunidade,

ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda. Desta forma a Moeda Social torna-se componente essencial nas estratégias dos bancos comunitários. Os créditos em “reais” podem ajudar no crescimento econômico do bairro ou município gerando novas riquezas. Mas são as moedas sociais que asseguram o desenvolvimento ao favorecer que essa riqueza gerada circule na própria comunidade³⁷.

Uma vez que é tão somente meio de troca, a moeda social incentiva a circulação local que gera riquezas, e na circulação evidencia-se o aspecto inclusivo do modelo de desenvolvimento perseguido, que visa não a acumulação privada de riquezas, mas a ampliação do consumo e do giro, “conferindo equilíbrio imediato entre produto e moeda e evitando fatores inflacionários e de especulação artificial” (Arroyo e Schuch, 2006, p. 54).

Além disso, a moeda social origina-se de um pacto de confiança entre os membros da comunidade o que lhe confere a potencialidade de “estreitar os vínculos com o território e ampliar o sentimento de pertencimentos entre os moradores” (Garcia, 2011, p. 14). Os processos de decisão sobre o nome das moedas, assim como os próprios nomes, colocam em evidência tal característica. Sua subsistência, que está diretamente relacionada à coesão da comunidade e à confiança nas atividades desenvolvidas pelo Banco, depende da efetiva participação da população nos espaços de decisão, gestão e fiscalização.

Sem a promoção de uma cultura política inclusiva que seja capaz de construir “espaços de encontro propícios à recomposição de universos cognitivos e simbólicos” (Gaiger, 2011, p. 297) e de “forjar dispositivos institucionais voltados à participação direta” (idem) que incentivem a formação de redes associativas pautadas pela solidariedade, os BCDs não seriam capazes de alcançar os objetivos que almejam. Neles, o político e o econômico se confundem em uma relação recíproca de dependência: as experiências coletivas de superação

³⁷ Retirado de: <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/23739> (acessado em 16.08.2012)

da pobreza, desemprego e subdesenvolvimento levam à criação daquilo que França Filho e Laville (2011, p. 378) denominam de “espaços públicos de proximidade” por aglutinarem agentes sociais que atuam em uma mesma localidade, que são responsáveis pela democratização da economia. Tais espaços, portanto, dependem do êxito das iniciativas que visam promover o desenvolvimento do território, assim como dos agentes envolvidos. No entanto, essas iniciativas só são possibilitadas na medida em que esses espaços são criados e ocupados, possibilitando a construção de redes associativas indispensáveis à construção de uma outra economia.

Portanto, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, ao se constituírem enquanto ferramenta para o desenvolvimento dos territórios onde se encontram por meio de uma democratização da economia, carregam em si a possibilidade de serem catalisadores de mudanças profundas, incentivando e, porque não, possibilitando processos emancipatórios ao possibilitar que os/as indivíduos/as excluídos/as do sistema financeiro possam construir uma outra economia, ao mesmo tempo em que fortalecem as comunidades, devolvendo seus espaços públicos de participação, e, conseqüentemente, reforçando o social por meio da organização sociopolítica e econômica visando à promoção da solidariedade e a efetivação do direito à cidade.

4. A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE DA CIDADE ESTRUTURAL NA CONSTRUÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE QUALITATIVA

Até agora, resumidamente, argumentei que o processo de globalização hegemônico vem privando as localidades (mais especificamente, as periferias urbanas) de seus espaços públicos de sociabilidades, de construção de significados comuns e de construção conjunta de ações políticas, submetendo-as a um processo de homogeneização docilizante. Enfim, retirando delas o direito à cidade enquanto direito que almeja uma gestão democrática do espaço urbano visando à plena realização da liberdade por meio da construção de uma cidade inclusiva, solidária, ambientalmente sustentável, equitativa, aberta, livre, crítica e lúdica³⁸. No entanto, apesar da tentativa de privar a periferia e seus moradores do direito à cidade (que, conforme demonstrado, é também o direito a ter direitos), essa mesma periferia tem assumido o protagonismo do processo de conquista de direitos por aqueles que lutam por meio de movimentos de resistência. Tais movimentos inserem-se na perspectiva da construção de *uma outra globalização* que visa, em última instância, devolver às localidades os espaços públicos de decisão, permitindo que elas possam exercer de forma autônoma o protagonismo na realização de seus projetos de vida. Dentre esses movimentos, denominados Novos Movimentos Sociais, que têm representado resistência ao modelo de globalização hegemônica, encontramos o movimento da Economia Popular e Solidária que busca redefinir as relações entre consumidores e produtores, entre público e privado, por meio da construção de uma outra economia, devendo ser compreendida como meio de devolver às localidades o poder que lhes foi retirado pela globalização perversa, garantindo aos indivíduos o direito à cidade enquanto espaço de construção de sociabilidades, de reconhecimento, de liberdade e enquanto local de concretização de uma vida digna. Por fim, apresentei a iniciativa dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, ferramentas que se inserem dentro do movimento da Economia Solidária, construídas pelos territórios para possibilitar os meios materiais para efetivação de direitos através do desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que impulsiona tal desenvolvimento pela articulação comunitária em torno de laços de solidariedade.

No entanto, o trabalho de pesquisa não pode ser simples descrição da realidade, ele deve ser ferramenta para sua transformação, e, conforme já manifestei anteriormente, o meu principal objetivo ao escrever o presente trabalho é que ele se torne um instrumento que tenha

³⁸Conforme os *Princípios e Fundamentos estratégicos do Direito à Cidade*, disponível em: <http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/Princ%C3%ADpios,%20Fundamentos%20e%20Compromissos.pdf>

alguma utilidade para a comunidade da Cidade Estrutural em sua caminhada árdua, mais rica, que consiste em ser agente da própria emancipação.

Quando confrontados com a realidade, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são, de fato, ferramentas para sua transformação, empoderando indivíduos, devolvendo às localidades seus espaços públicos e possibilitando a concretização de direitos? Quais são os direitos pelos quais uma comunidade luta ao iniciar a complexa tarefa que é a construção de um empreendimento solidário de tal natureza? Essas perguntas foram o que me motivaram a escrever o que escrevi até aqui e prosseguir, indo além da mera exposição do que a Economia Solidária, Bancos Comunitários ou *Uma Outra* Globalização devem ser.

Por meio da experiência de extensão realizada pelo Programa de Educação Tutorial em Direito - do qual tenho a enorme satisfação de participar – caminhando de mãos dadas com a comunidade da Estrutural que nos recebeu para que pudéssemos aprender a partir das práticas sociais ali construídas, entrei em contato com o Banco Estrutural, iniciativa autônoma daquela comunidade na construção de um Banco Comunitário de Desenvolvimento. A partir da vivência que obtive na Extensão, não só tive a oportunidade de me aprofundar no estudo sobre Economia Solidária, Direito à Cidade e Bancos Comunitários de Desenvolvimento, como pude acompanhar e participar da construção de um BCD. Tal experiência foi o que me possibilitou e impulsionou estar aqui escrevendo essas páginas.

O fato do presente trabalho ser fruto da Extensão Universitária é relevante pela concepção teórica na qual me insiro e por meio da qual me oriento enquanto futuro bacharel em direito: *O Direito Achado na Rua*.

Expressão cunhada por Roberto Lyra Filho,

“*O Direito Achado na Rua* pretende ser uma reflexão sobre a atuação jurídica dos novos sujeitos coletivos, expressão de identidade dos movimentos sociais e de suas experiências para a criação de direitos enquanto possibilidade: 1) de determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos ainda que contra a lei; 2) de definir a natureza jurídica do sujeito coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social e de elaborar sua representação teórica como sujeito coletivo de direito; 3) de enquadrar os dados derivados destas práticas sociais e criadora de direitos e estabelecer novas categorias jurídicas”. (Sousa Junior e Costa, 2008,)

Por meio de seu protagonismo nos espaços públicos identificados pela “rua”, os movimentos sociais engajam-se na formação de opiniões, na construção de alternativas criativas para concretização da justiça social e na luta por direitos que revelam-se como o processo mesmo através do qual o Direito se atualiza (ou deveria) enquanto expressão da

liberdade, afinal, “o Direito não é coisa fixa, parada, definitiva e eterna, mas um processo de libertação permanente” (Lyra Filho, 2006, p. 82).

Tal processo de libertação, “que define o Direito, em cada etapa, na procura das direções de superação” das relações de exploração e opressão, se dá por meio de lutas sociais “constantes, com suas expressões de vanguarda e suas resistências e sacanagens reacionárias, com suas forças contraditórias de progresso e conservantismo, com suas classes e grupos decadentes e opressores” (idem).

Portanto, o pesquisador que tem o Direito enquanto objeto de pesquisa deve buscar, também, identificar as lutas que anunciam a emergência de novos direitos, que apontam para direitos não garantidos ou, até mesmo, que indicam o Antidireito, que legitima as relações de exploração e opressão acima mencionadas. Além disso, o Direito relaciona-se não com a lei, mas, antes, com a realização da Justiça Social, entendida enquanto “atualização dos princípios condutores, emergindo nas lutas sociais, para levar à criação duma sociedade em que cessem a exploração e opressão do homem pelo homem” (idem, p. 86). Assim, a pesquisa deve atentar-se para compreensão do Direito enquanto “positivação da liberdade conscientizada e conquistada nas lutas sociais” (idem, p. 88), identificando essas lutas e, a partir delas, produzir conhecimento que acrescente algo ao processo por meio do qual o Direito se faz, adotando uma concepção que não enxerga o Estado como único agente capaz de produzir e concretizar o Direito, mas que dá enfoque primordial à sociedade enquanto sua real origem (Sousa Junior e Costa, 2008).

A identificação dessas lutas é primordial em um contexto dominado por aquilo que Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 6) denomina enquanto razão indolente e que, por meio de uma de suas formas, a razão metonímica, busca impor uma homogeneidade “entre o todo e as partes” (idem), não cogitando a possibilidade destas existirem fora da relação com a totalidade. Ao afirmar que “não existe nada fora da totalidade que seja ou mereça ser inteligível, a razão metonímica afirma-se como uma razão exaustiva e completa, muito embora seja apenas uma das lógicas de racionalidade que existem no mundo” (idem, p. 7), promovendo uma compreensão parcial do mundo uma vez que, para garantir seu domínio e a expansão do capitalismo, ela “tem de se afirmar autoritariamente como totalidade e impor homogeneidade às partes que a compõem” (idem). Assim, há um desperdício da experiência que, apesar de nos cercar, não é valorizada pelo fato de estar fora da totalidade imposta. Buscando recuperar a experiência desperdiçada, Sousa Santos propõe uma crítica da razão metonímica, que é realizada por meio daquilo que designa enquanto *Sociologia das Ausências*. Conforme definição do autor, “trata-se de uma investigação que visa demonstrar

que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido³⁹ como não existentes, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe” (idem, p. 12).

Por intermédio da *Sociologia das Ausências* busca-se relevar a produção dessas não-existências, possibilitando que as experiências produzidas como ausentes possam ser libertadas, tornando-se presentes, o que significa “serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas” (idem, p. 15), libertando as práticas sociais “do seu estatuto de resíduo” (idem, p. 18). Enfim, o objetivo da *Sociologia das Ausências* é

“revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas. A ideia de multiplicidade e de relações não destrutivas entre os agentes que compõem é dada pelo conceito de ecologia: ecologia de saberes, ecologia de temporalidades, ecologia de reconhecimentos e ecologia de produções e distribuições sociais. Comum a todas estas ecologias é a ideia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe. Trata-se de uma versão ampla de realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes”. (idem, p. 20).

Assim, a *Sociologia das Ausências* aproxima-se da proposta de trabalho teórico-prático de *O Direito Achado na Rua*, que busca a compreensão do direito em sua práxis social, assumindo que o direito “se faz, nesse processo histórico de libertação” (Lyra Filho apud Costa, 2012, p. 138), nascendo “na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos” (idem). Portanto, é tarefa da pesquisa em direito revelar não apenas as relações de espoliação e opressão, mas as práticas sociais que buscam superar essas situações, assim como os direitos que daí emergem e as iniciativas socialmente construídas visando a plena efetividade desses direitos. É necessário superar a concepção de que o Direito se resume à norma. Conforme Costa, “o Direito refere-se à vida humana, logo não pode ser encerrado na explicação do texto legal. Necessariamente, deve vir associado ao seu contexto, ao seu processo histórico e a sua dinâmica social” (idem).

O material sobre o qual o presente trabalho foi construído, desde o processo de aprendizado até a coleta de dados, só foi possível de ser obtido, conforme já mencionado acima, por meio da prática da Extensão Universitária, a qual representa a abertura da Universidade e do saber à prática social. Conforme Sousa Junior e Costa (2008, p. 23), “na medida em que se realiza a extensão universitária, sobretudo voltada para a cidadania e para os direitos humanos, a sociedade ganha por desenvolver processos de autonomia na sua luta

³⁹ Conforme Sousa Santos, (2011, p. 12): “Não há uma maneira única ou unívoca de não existir, porque são várias as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear. Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. O que une as diferentes lógicas de produção de não existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional”.

emancipatória, e a universidade ganha ao aprender com a comunidade formas de realização da justiça social”.

Tal fato evidencia ainda mais a relação estreita que se estabelece com *O Direito Achado na Rua* ao propor um ensino jurídico que se baseia em um “conhecimento interdisciplinar que assume papel social e ético e supera a dicotomia teoria-prática” (idem, p. 24).

Pessoalmente, considero que o papel de todos/as aqueles/as que pesquisam ou atuam com o Direito é a ampliação do acesso à justiça, sendo ela entendida na concepção acima já mencionada de Justiça Social, contribuindo para que, cada vez mais, o Direito se apresente como real “positivação da liberdade conscientizada e conquistada nas lutas sociais” (Lyra Filho, 2006, p. 88).

Dentro dessa perspectiva, procurei compreender por qual direito lutavam os/as moradores/as da Cidade Estrutural ao iniciarem a construção de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, buscando, a partir da compreensão dos/as indivíduos/as engajados/as em tal processo, identificar as demandas ali suprimidas e as práticas por eles/as desenvolvidas para tornar plenos os direitos aos quais não possuem acesso.

Diante do pouco tempo de atuação que o Banco Estrutural possui, apenas 3 meses (sua inauguração ocorreu em 5 de junho de 2012, porém, deve-se mencionar que a articulação para sua construção é anterior, remetendo à agosto de 2011), não foi possível identificar se os anseios da comunidade ao construí-lo puderam ser alcançados, porém foi possível identificar parte desses anseios, assim como delineamentos iniciais que demonstram as possibilidades transformadoras que ele pode possibilitar na vida daquela cidade. Trata-se, em relação a esse ponto, de uma *Sociologia das Emergências*, trabalhando com o *Ainda-Não* enquanto conceito que remete às possibilidades do futuro que se inscrevem no presente e o dilatam, representando capacidades e possibilidades transformadora que a prática social possui e que podem ser cultivadas (Sousa Santos, 2011). Com isso, por meio da descrição dessa prática protagonizada pelos moradores da Estrutural, foi possível “identificar neles as tendências de futuro (o *Ainda-Não*) sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração” (idem, p. 25). Portanto, por um lado, busquei identificar a experiência social que ali se manifesta e, por outro, identificar as expectativas sociais em torno dessa experiência, identificando as pistas ou sinais que se revelam a partir da prática transformadora associada à construção de um Banco Comunitário de Desenvolvimento.

Por fim, meu objetivo, para além de identificar e compreender tal prática, o que me foi possível, sobretudo, por meio da Extensão, era entender o que motivou os moradores daquela comunidade a se organizarem em torno de tal projeto, qual direitos buscavam realizar e se, de fato, o Banco Comunitário era para eles uma ferramenta para realização do Direito à Cidade, tendo em vista todo delineamento teórico que fiz até aqui.

Assim, as perguntas da pesquisa são: a) Quais os direitos reivindicados e efetivados pela comunidade da Estrutural na construção de um Banco Comunitário?; b) O Banco Comunitário da Estrutural é uma ferramenta para realização dos direitos almejados pela comunidade?

Conforme fica claro ao longo do projeto há uma relação entre a prática estudada e o Direito à Cidade. Relação que surge, justamente, do esvaziamento e opressão que as localidades sofrem com o processo de globalização que, conforme exposto, retira delas, principalmente, os espaços públicos de decisão. No entanto, Direito à Cidade relaciona-se intimamente com a realização de uma vida digna e isso requer a concretude dos direitos sociais anunciados pela nossa Constituição, assim como outros direitos sem os quais a já mencionada Justiça Social jamais seria alcançada.

Em relação à segunda pergunta, o curto tempo de atuação do Banco Estrutural não me possibilitou uma análise mais complexa ou detalhada sobre o alcance daquela prática no empoderamento da comunidade, porém foi possível delinear conquistas iniciais e traçar tendências futuras. Obtive esses dados por meio da participação nos espaços de decisão do banco, em seu funcionamento, acompanhando as atividades das Agentes de Desenvolvimento do Banco e outras atividades realizadas pela comunidade em torno da iniciativa. Tratou-se de observação participante⁴⁰ registrada no diário de campo.

Para responder a primeira pergunta e parte da segunda, lancei mão da exploração de campo por meio de pesquisa qualitativa. Para tanto, realizei entrevistas com base em questionários semiestruturados visando obter dados que me possibilitassem responder às perguntas de pesquisa a partir da fala dos membros/as do Conselho Gestor do Banco Comunitário da Estrutural. Adiante, explicitarei a estrutura do questionário e a metodologia utilizada para interpretação dos dados.

⁴⁰ Segundo Minayo (2007, p. 70) a observação participante é definida “como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto de sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente”.

4.1 BREVE HISTÓRICO DO BANCO ESTRUTURAL

O relato acerca da história do Banco Estrutural que desenvolvo abaixo foi possibilitado por meio da coleta de informação entre os membros do Conselho Gestor do Banco que são os sujeitos incluídos na pesquisa. Além disso, incorporei dados coletados em observação participante desenvolvida ao longo dos últimos 6 meses (março à setembro de 2012) junto ao Banco Comunitário da Cidade Estrutural.

Tal relato, para além de configurar uma memória da iniciativa, tem a pretensão de ser ferramenta para contextualização da exposição que será feita adiante a partir do resultado obtido pela análise dos dados coletados.

A proposta inicial para criação do Banco Estrutural surgiu a partir da publicização do processo de estruturação de nove Bancos Comunitários de Desenvolvimento realizado pela ONG Ateliê de Ideias, entidade gestora do Banco Bem em Vitória (ES), em parceria com o Núcleo de Economia Solidária da USP, NESOL. Tal projeto, financiado com recursos públicos por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), selecionou, no Distrito Federal, três comunidades para que tal estruturação ocorresse: Cidade Estrutural, Itapoã e Arapongas (Planaltina). Vale ressaltar que após um dos integrantes do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE – entidade gestora do Banco Estrutural) tomar conhecimento da chamada no fórum do Fórum Brasileiro de Economia Solidária é que a proposta foi levada para análise da comunidade, a qual, interessada após debater internamente, estabeleceu o contato com os representantes do Ateliê de Ideias e NESOL.

Após esse contato inicial, os representantes das referidas entidades foram, entre Agosto e Setembro de 2011, até a Estrutural conversar diretamente com a comunidade e apresentar a proposta em torno dos BCDs. Em uma reunião com aproximadamente 30 moradores/as, a comunidade decidiu abraçar definitivamente a ideia e prosseguir na estruturação do seu próprio banco. Reuniões sucessivas foram realizadas para definir o Conselho Gestor do Banco que, apesar de ser aberto, naquele momento inicial necessitava de uma adesão clara dos membros para que as tarefas indispensáveis fossem realizadas. Ao longo dessas reuniões, também foi aberto o processo de seleção para os Agentes de Desenvolvimento do Banco Estrutural, processo que levou à seleção de duas moradoras da comunidade que, até hoje, estão na linha de frente do Banco.

Logo em seguida, iniciou-se o longo e conturbado processo de seleção do nome do Banco e da moeda social, sempre com o apoio das entidades responsável pelo projeto de estruturação dos BCDs no Centro-Oeste. A recomendação para comunidade era que tais

nomes deveriam refletir a história da Estrutural. Inicialmente, o Conselho Gestor decidiu que iria escolher os nomes internamente, porém, diante das discussões geradas, o conselho escolheu os quatro nomes mais votados e levou para consulta da população. Eram eles: Forte, Conquista, Estrutural, Luta e Resistência.

Os membros do Conselho Gestor foram às ruas e escutaram mais de 1000 moradores/as que escolheram o nome Estrutural para o banco e Forte para moeda social. Porém, houve discordância interna entre os membros do Conselho Gestor e, também, com integrantes das entidades que davam suporte ao Banco em relação ao nome Forte, pelas conotações negativas que o termo tinha em relação à sua aplicação em um contexto monetário. Assim, foi decidido realizar uma nova consulta para escolher um novo nome. No entanto, tal fato gerou profundas discussões dentro do Conselho Gestor do Banco, sob o argumento de que não acatar a decisão da população era um desrespeito com a opinião da comunidade e com o trabalho daqueles/as que coletaram os votos. Alguns membros chegaram a deixar o Conselho Gestor. Porém, a nova consulta prosseguiu. As opções agora eram Estrutural e Conquista: a última ganhou por 916 votos contra 310.

Após decidir o nome da moeda, era hora de definir sua cara. O consenso construído era de que a moeda deveria contar a história da comunidade, o antes e o depois, revelando as conquistas que as lutas protagonizadas pelos/as moradores/as possibilitaram. Com isso, a arte das moedas foi feita de tal forma que em uma face havia fotos de locais da Estrutural como eles eram no passado e, na outra, o que esses locais se tornaram, representando a Escola, Centro Olímpico, Posto de Saúde e etc.

O espaço onde hoje se localiza o Banco, na Área Central do Setor Leste, o coração daquela comunidade, foi fruto de uma articulação das lideranças do banco com a Prefeitura e o Sr. Antônio, morador que disputa a propriedade da área judicialmente. A centralidade era fundamental na escolha do lugar, possibilitando que o Banco fosse acessível e chamativo, no sentido de despertar a curiosidade dos moradores para que tivessem um primeiro contato com a iniciativa.

Tais eventos ocorreram até início de abril de 2012. Já com o lugar garantido, era necessário equipá-lo e reformá-lo para abrigar o banco. Inicialmente, a ONG Ateliê de Ideias, por meio do projeto de estruturação dos BCDs, disponibilizou R\$ 1.300,00 para serem utilizados pelo Banco. Parte desse dinheiro foi utilizado na reforma, e outra parte foi integrada ao fundo do banco disponível para lastrear a moeda social e para funcionar como recurso para concessão de crédito solidário para a comunidade. Por meio de doações e da angariação de fundos dentro da comunidade (realização de eventos, principalmente) foi possível juntar,

aproximadamente, R\$ 3.000,00, valor que seria o montante inicial para o início das atividades do Banco.

Em 5 de Junho, durante o Encontro Regional de Bancos Comunitários do Centro-Oeste, realizado em Brasília, o Banco Estrutural foi oficialmente inaugurado, tendo tal fato repercutido amplamente na mídia do Distrito Federal. Porém, antes mesmo da sua inauguração, o Banco já havia concedido alguns créditos solidários, sobretudo para mulheres que iriam vender comida e artesanato durante a festa de inauguração. A festa contou com a presença do Secretário de Finanças Solidárias do Distrito Federal, com a presença de representantes dos outros BCDs do Centro-Oeste, assim como do fundador do Banco Palmas. Além disso, o Prof. Paul Singer (Secretário Nacional de Economia Solidária e referência acadêmica em relação ao tema) esteve presente, o que foi motivo de alegria por parte dos/as integrantes do Conselho Gestor do banco.

A inauguração foi marcada pelas primeiras trocas realizadas com a moeda social. Naquele espaço, moradores/as puderam, por meio do crédito produtivo arrecadado, angariar fundos suficientes para pagar o montante emprestado e obter algum ganho com as vendas, iniciando a circulação da moeda social na comunidade. Desde então, o Banco está funcionando, apesar das dificuldades relacionadas aos recursos financeiros. De segunda à sexta, as agentes de desenvolvimento e outros/as membros/as da comunidade se dedicam a prestar esclarecimentos para os/as moradores/as sobre o funcionamento do banco, realizar trabalho de campo indispensável a concessão do crédito, assim como cadastrar comércios para que eles aceitem moeda social.

4.2 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO BANCO ESTRUTURAL A PARTIR DA ANÁLISE DE DADOS COLETADOS POR MEIO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

No capítulo 3 discuti os aspectos políticos e econômicos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, salientando a relação de reciprocidade que tais aspectos possuem no sucesso dessas iniciativas. Certamente tal conclusão não foi alcançada primeiro na literatura para, após, verificar sua validade por meio da experiência realizada na Estrutural. O caminho foi o contrário: a partir da observação e participação da/na comunidade, foi-me possível perceber que o sucesso do Banco Comunitário está intimamente relacionado com a inter-relação entre a construção de redes associativas que estimulem a criatividade e a solidariedade a partir de uma estrutura organizacional horizontal e com o incremento da produtividade

sistêmica do território, possibilitando as condições materiais e sociais para que os projetos almejados possam ser realizados.

Tais observações foram fundamentais para compreender a potencialidade que a construção de um Banco Comunitário de Desenvolvimento naquela localidade poderia ter na realização do Direito à Cidade enquanto possibilidade de assunção do protagonismo na construção do espaço urbano, visando combater a alienação que a globalização impõe como consequência da ausência de identificação entre os moradores da Cidade Estrutural e essa cidade na qual habitam.

Em relação à atividade de observação, ela se desenvolveu a partir de abril de 2012, quando fui apresentado aos/às integrantes do Banco Estrutural. Desde então, minha rotina semanal incluía, ao menos, duas idas àquela localidade com o intuito de me envolver com as atividades do Banco Estrutural, buscando apreender a prática ali desenvolvida, ajudando os/as moradores/as nas demandas apresentadas, e, simultaneamente, registrando minhas observações. Desde o início deixei claro que meu envolvimento, para além de interesse em ajudar a e aprender como construir aquela iniciativa, estava relacionado com a elaboração do presente trabalho acadêmico. Após retornar da Estrutural, passava a relatar, em forma de narrativa, todos os acontecimentos que havia presenciado, além de estabelecer relações entre fatos passados e leituras que havia realizado. Tais relatos são a principal fonte para os dados que apresento abaixo.

A estrutura de organização do Banco Estrutural evidencia o compromisso com a construção de espaços de decisão onde a comunidade possa discutir sua própria realidade e propor ações para transformá-la de forma colaborativa. Assim, os/as moradores/as não se colocam em uma postura passiva de beneficiários das ações do Banco, mas sim enquanto idealizadores/as e gestores/as dessa iniciativa, possibilitando uma construção conjunta da vontade da comunidade que irá pautar as ações tomadas.

O Banco Estrutural (BE) conta com três espaços de deliberação. O maior deles, o Fórum Maior, ocorre mensalmente e é o local onde a comunidade se encontra para conhecer um pouco mais sobre a proposta e funcionamento do Banco, assim como para discutir questões relacionadas ao banco e questões relacionadas ao cotidiano da comunidade, como segurança, educação e saúde. Três reuniões já foram realizadas e contaram com expressiva participação da comunidade. Vale mencionar que para ter acesso às linhas de crédito do banco é indispensável ter comparecido a pelo menos duas reuniões do Fórum Maior.

Tal requisito é necessário, conforme explicam as Agentes de Desenvolvimento do BE, para mostrar aos moradores que não se trata de um banco convencional e que aquele banco

não possui um dono, sendo deles, da comunidade. Com isso, espera-se responsabilidade por parte dos moradores na hora de obterem empréstimos, sobretudo em relação ao pagamento, uma vez que é deixado claro que quando alguém não paga o empréstimo tomado a consequência é a impossibilidade de que outros moradores possam ser beneficiados com a iniciativa, além de impossibilitar o funcionamento do próprio banco.

Por estar em estágio inicial, contando com apenas três meses de funcionamento, o Fórum Maior ainda não é um espaço onde questões que extrapolem seus assuntos internos são deliberadas com frequência. No entanto, para além da participação de mais de sessenta moradores nas reuniões realizadas, o que é um número expressivo quando comparado com outros espaços semelhantes existentes na Estrutural, as reuniões contam com a participação de vários líderes comunitários, como prefeitos de quadras e presidentes de organizações civis da comunidade, tal qual o conselho de segurança comunitário, associação de moradores e associação de delegados do orçamento participativo. Tais líderes comunitários, em constante comunicação com grupos de moradores que não podem participar das reuniões, são importantes agentes na propagação da ideia do BE pela comunidade, atraindo mais pessoas para participarem de sua gestão. Tratam-se de agentes sociais hábeis, fundamentais para concretização e permanência dos espaços de decisão construídos em torno do BE, uma vez que “possuem a capacidade de induzir a cooperação nos outros” (Fligstein, 2007, p. 67). No dia-a-dia de funcionamento do Banco, é comum receber moradores/as que se apresentam informando que determinada liderança lhes falou sobre o Banco e recomendou que fosse até a sede para uma visita. Além disso, alguns líderes fazem parte do cotidiano do BE, atendendo com prontidão os pedidos de auxílio realizados pelos demais membros, assim como estimulando a circulação da moeda social.

Além disso, entre uma reunião e outra foi possível perceber que novos moradores foram estimulados a participar por aqueles que já haviam comparecido, os quais retornavam ao lado de seus conhecidos, amigos, vizinhos, familiares que participavam pela primeira vez.

O Fórum Maior, portanto, possui um relevante papel no processo de divulgação do BE, assim como na construção de um espaço onde a comunidade tenha voz ativa na tomada de decisão sobre os rumos não apenas do Banco, mas da comunidade como um todo, possibilitando um local onde os/as moradores/as se encontram, interagem e refletem sobre a realidade da Cidade Estrutural. Evidentemente, três reuniões não possuem a capacidade de demonstrar toda influência que tal espaço poderá possuir na realidade da comunidade e do funcionamento do Banco, porém a crescente participação dos moradores e a experiência de outros Bancos Comunitários no país apontam para sua importância na estrutura de

funcionamento dessas iniciativas, consolidando-se como espaço de discussões amplas e questionamento. Conforme colocou um dos moradores, a esperança é que no futuro possam participar do Fórum membros da administração pública que serão cobrados pela comunidade e discutirão os projetos para a Cidade Estrutural ali, naquele espaço.

Para além do Fórum, há Conselho Gestor do Banco Estrutural, responsável por deliberar sobre questões administrativas, podendo participar dele qualquer membro/a da comunidade. Porém, ao longo dos meses nos quais participei, 6 pessoas participaram com constâncias das reuniões, outras sempre indo e vindo e um pequeno número presente uma única vez. Nesse espaço participam, principalmente, os/as moradores/as ligados/as diretamente com a gestão e administração do banco, aqueles que, efetivamente, “colocam a mão na massa”. As decisões do Conselho podem ser revistas pelo Fórum Maior, porém, nesse início, as decisões ainda não estão sendo referendadas. Não se trata de má fé por parte dos/as membros/as do Conselho Gestor, mas consequência do fato de que as reuniões iniciais do Fórum estão sendo direcionadas, sobretudo, para informar a população sobre estrutura, organização e funcionamento do BE.

As reuniões do Conselho Gestor já ocorrem desde outubro de 2011. A participação nesse espaço confere uma maior confiança para os/as moradores/as em relação às práticas desenvolvidas pelo Banco. Talvez uma das maiores dificuldades para estimular a circulação de moeda social na comunidade seja o cadastro de estabelecimentos comerciais. Na maior parte das vezes, comerciantes sem qualquer relação com o BE permanecem desconfiados/as ou, como dizem as Agentes de Desenvolvimento e Crédito, “com o pé para trás” em relação à ideia. Duvidam da credibilidade da iniciativa. Não confiam que, quando for preciso, poderão trocar a moeda social por reais, temendo um eventual “calote”. Tal dificuldade inexistente entre os/as comerciantes que participaram da construção do BE, e é quase inexistente entre aqueles que participaram de alguma reunião do Conselho Gestor ou que possuem laços de amizade com comerciantes que integram o Conselho Gestor.

Lembrando que a moeda social origina-se de um pacto de confiança entre os membros da comunidade, o que lhe confere a potencialidade de “estreitar os vínculos com o território e ampliar o sentimento de pertencimento entre os moradores” (Garcia, 2011, p. 14), não apenas comerciantes ficam mais abertos para se integrarem à circulação da moeda, mas os/as moradores/as que participam dos espaços de deliberação ganham consciência das potencialidades transformativas que a prática traz consigo. O desinteresse inicial que marca o início das reuniões do Fórum Maior, por exemplo, é logo substituído por uma euforia e curiosidade em relação ao BE após a apresentação de vídeos explicativos e de exposição oral

sobre o que é um BCD e o que ele pretende concretizar. Não foi foco do presente trabalho buscar compreender qual o impacto direto das reuniões na atitude dos moradores, porém, sem qualquer pretensão de fundamentar conclusões p, percebi que o Banco passou a ser tema de conversas entre vários moradores nos dias seguintes às reuniões. Por algumas vezes ao almoçar no Restaurante Comunitário, escutei grupos conversando sobre o Banco, além de presenciar diversas abordagens das Agentes de Desenvolvimento e Crédito por parte dos moradores que buscavam sanar dúvidas sobre o Banco, fazer sugestões ou críticas quando encontravam com elas nas ruas da cidade.

Um dos acontecimentos que mais me chamou a atenção foi quando, após a exibição de um vídeo explicativo sobre os resultados obtidos pelo Banco Bem (Banco Comunitário de Desenvolvimento localizado em Vitória, Espírito Santo), alguns moradores se levantaram e propuseram aos demais que passassem a cobrar dos comerciantes a utilização da moeda social e que, além disso, trocassem suas notas de reais por Conquistas (o nome da moeda social do BE) passando a consumir imediatamente nos comércio credenciados.

Espera-se que a prática do BE transforme tanto o Fórum Maior como o Conselho Gestor em espaços onde as redes de sociabilidade indispensáveis para o sucesso das práticas propostas sejam criadas e fortalecidas. É papel do banco estimular a associação entre os/as moradores/as na concretização de iniciativas que promovam trabalho e renda na comunidade, seja por meio do apoio à constituição de cooperativas ou pela articulação entre consumidores/as e produtores/as, facilitando as trocas, além de estimular os laços de solidariedade sem os quais os BCDs não subsistem.

Atualmente, os/as membros/as do Conselho Gestor estão em busca de recursos financeiros que possibilitem a concretização desses fins, com algumas ideias já em mente. No entanto, a dificuldade na captação de recursos tem dificultado a realização de uma série de propostas, comprometendo o próprio funcionamento do BE, uma vez que recursos limitados tem causado uma baixa oferta de crédito, havendo incapacidade de atender a demanda da comunidade. Por vezes, isso tem causado impaciência por parte de alguns/as moradores/as que acabam por duvidar dos procedimentos de liberação do crédito, acreditando que algumas pessoas possuem preferência e, com isso, maculando o laço de confiança indispensável para concretização da iniciativa. Em outras ocasiões, a impaciência por conta da demora na liberação, diante da ausência de recursos, acarreta tão somente a desistência e a impossibilidade do Banco agir com rapidez em situações de emergência.

A concessão do crédito por parte do BE depende da realização de alguns procedimentos. Primeiro, é necessário que o morador cumpra requisitos mínimos que foram

escolhidos pelo Conselho Gestor, dentre os quais vale ressaltar aquele que determina que deve ser ele/a morador/a da Cidade Estrutural por pelo menos três anos, não importando se seu nome está ou não negativado nos órgãos de proteção ao crédito.

Cumprido os requisitos, as Agentes de Desenvolvimento e Crédito do Banco Estrutural fazem visita de campo ao/à possível beneficiário/a, visando obter, principalmente, informações relacionadas à renda familiar, motivações para a solicitação do crédito e, por fim, a opinião por parte de outros/as moradores/as sobre eventual concessão de crédito para o/a entrevistado/a.

O empréstimo nunca pode superar 20% da renda total do/a solicitante. Porém, antes de concedê-lo, as Agentes verificam se a concessão é a melhor opção diante da necessidade enfrentada pelo/a morador/a. Talvez aqui caiba uma situação real para exemplificar o modo de proceder do BE.

Recentemente, certo morador buscou o banco para concessão de empréstimo habitacional visando reformas estruturais em sua casa, uma vez que ela estava comprometida, correndo risco de cair em decorrência das fossas existentes sob o terreno e que estavam cedendo. Na teoria, o BE libera empréstimos habitacionais de até R\$ 5.000,00, porém, diante do baixo valor de recursos em caixa, o limite atual é de R\$ 500,00. Ao visitar a residência do morador, as Agente de Desenvolvimento e Crédito perceberam que o dinheiro não poderia ser utilizado para a resolução do problema, sendo um gasto que não traria qualquer retorno ou benefício. Porém, ao longo da entrevista descobriram que o morador vendia água com outro membro da família em semáforos de trânsito. Para se deslocarem até o local onde trabalhavam, um deles utilizava uma bicicleta e o outro utilizava transporte público, gastando, diariamente, R\$ 4,00 reais. Diante de tal informação, as agentes propuseram a compra de uma segunda bicicleta, cujo valor era de, aproximadamente, R\$ 200,00, e que possibilitaria uma economia de R\$ 80,00 reais mensais, elevando a renda daquela família. A proposta foi aceita pelo morador que, após ter sido referendado pela comunidade como um “bom pagador”, teve seu crédito liberado pelo Comitê de Análise de Crédito. Com isso, as agentes, diante da possibilidade de fornecer um empréstimo capaz de resolver a situação da habitação, buscaram meios para elevar a renda do morador, possibilitando que o excedente fosse utilizado para tal finalidade. Além disso, orientaram ele em relação às medidas que poderiam ser buscadas junto à administração pública.

Histórias semelhantes se repetem, porém trouxe para exemplificar como ocorre o procedimento de liberação de crédito no Banco Estrutural. Primeiramente, trata-se de algo longe da impessoalidade que marca processo similar em um Banco convencional. Aqui há um

verdadeiro interesse em conhecer a história de vida dos/as moradores/as, obtendo informações que possibilitem as Agentes do BE a prestarem o auxílio necessário para que seja tomada a melhor decisão possível, mesmo que isso signifique recomendar que o crédito não seja liberado. Além disso, as Agente vão buscar na comunidade referências entre moradores/as que conhecem o/a possível beneficiário/a sobre suas relações dentro da comunidade, procurando saber se ele é um/a bom/boa vizinho/a, um/a bom/a morador/a e, também, um/a bom/a pagador/a. Ou seja, antes de confiarem o juízo a uma base de dados onde os nomes são submetidos pelo descumprimento de obrigações passadas, sem que sejam levadas em consideração as circunstâncias que acarretaram tal descumprimento, a concessão do crédito no BCD é pautada pela relação de confiança construída entre os moradores por meio da vivência na comunidade.

Tal fato evidencia a relevância que as relações sociais possuem na estruturação e funcionamento dos BCDs, não sendo diferente em relação ao BE. Não há separação entre o social e o mercado: acontecimentos que estão para além da esfera econômica são argumentos válidos para justificar inadimplência, assim como são motivos relevantes para que seja dado um voto de confiança ao/à morador/a que busca obter um crédito apesar de descumprimentos passados. Ao aprovarem a concessão do crédito para um/a determinado/a morador/a, os/as demais moradores/as sentem-se, de alguma forma, implicados naquela decisão, assumindo parte da responsabilidade caso o empréstimo não seja devolvido. Aliás, a única ferramenta que o banco possui para lidar com a inadimplência, para além da proibição de obtenção de créditos futuros, é a apresentação do nome do/a morador/a devedor/a ao Fórum Maior. A intenção é que, com isso, a comunidade saiba quais são os/as moradores/as que estão obstruindo o funcionamento do BE e possa cobrar deles/as. Mas ressalte-se que o nome é levado apenas após ser averiguado o motivo da inadimplência e eventual negociação, afinal há motivos que justificam a inadimplência e podem, até mesmo, justificar o perdão da dívida, situação na qual busca-se entre a comunidade uma saída para o pagamento daquele débito.

Caso os/as moradores/as durante a entrevista de campo neguem a concessão do empréstimo, o pedido sequer é levado ao Comitê de Análise⁴¹, responsável pela palavra final.

Na assunção de uma perspectiva utilitária do fato econômico apartado do fato social, nenhum/a agente iria realizar os empréstimos realizados pelo BE diante da ausência de mecanismos de coerção que possibilitassem a satisfação da obrigação e diante dos baixos

⁴¹ O Comitê de Análise de Crédito é composto por 5 moradores da Cidade Estrutural, sendo que dois deles são as Agentes de Desenvolvimento de Crédito do banco que, na realidade, atuam como “advogadas” daqueles que solicitam o empréstimo diante dos demais moradores. Há uma rotação periódica desses moradores. A intenção é que ela seja mensal, mas, nessa fase inicial, o período estabelecido para cada “mandato” foi de 3 meses.

juros (a taxa cobrada pelo BE varia de 0% à 1 % a.m.). Aqui, não se trata de uma ação pautada por um cálculo utilitário de consequências, mas uma ação orientada para o valor das relações estabelecidas, privilegiando a constituição do vínculo social. Trata-se, enfim, de apartar o fato econômico de sua identificação com mercado ou troca mercantil, conforme salienta França Filho (2005). Em termos econômicos, uma aplicação financeira poderia resultar em ganhos maiores em termos mercantis, porém aquele investimento jamais seria capaz de estimular a interação social possibilitada por meio do crédito solidário que impulsiona o consumo dentro da própria comunidade, a produção por parte dos moradores e que incentiva a circulação da moeda social, produzindo e circulando riquezas ali dentro.

Revela-se, assim, uma prática que vai de encontro com a ideia dominante de *homo economicus* cuja ação funda-se no interesse pessoal. A experiência desenvolvida pelos/as moradores/as da Cidade Estrutural enquadra-se em um panorama mais amplo de práticas semelhantes desenvolvidas por outros BCDs que revelam a diversidade e multiplicidades das práticas sociais, as quais vem obtendo resultados animadores em relação às experiências coletivas de superação da pobreza. O discurso da insustentabilidade de sistemas fundados em relações de reciprocidade e solidariedade reproduzido pelo modelo neoliberal com um enfoque individual - o chamado axioma do interesse, conforme Caillé (2002) -, que desconsidera a importante premissa do valor do enfrentamento coletivo dessas questões, busca invisibilizar práticas como a do BE.

Essa prática insere-se naquilo que Sousa Santos (2011, p. 19), denomina de *ecologia da produtividade*, uma vez que recupera e valoriza “sistemas alternativos de produção, das organizações populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou”. Por mais que se tente silenciar as práticas desenvolvidas pelos BCDs, o movimento vem ganhando força, contando, inclusive, com apoio governamental para disseminação de suas práticas no território nacional, tornando-se modelo para elaboração de políticas públicas que almejam o desenvolvimento de localidades vulneráveis.

Trata-se de desenvolvimento que diverge daquele dominante, baseado em uma ideia de crescimento econômico infinito e sobre uma lógica de “primazia dos objectivos de acumulação sobre os objectivos de distribuição que sustentam o capitalismo global” (idem). Trata-se de uma concepção plural da economia que almeja a satisfação de necessidades materiais a partir de demandas reais, lançando mão de uma articulação entre oferta e demanda que dá especial atenção às localidades e às capacidades endógenas que possuem em propor

alternativas e executar ações para solução de seus problemas de forma coletiva. Conforme explica França Filho (2008, p. 227),

A construção conjunta da oferta e da demanda como característica-chave dessa outra economia estimulada supõe, ainda, no nível da ação, uma articulação fina entre dimensões sócio-econômicas e sócio-políticas. Isto porque a elaboração das atividades sócio-produtivas conjuga-se a uma forma de ação pública: trata-se de moradores num determinado território, os quais debatem politicamente seus problemas comuns e decidem seus destinos.

Por isso mesmo no BE o político e o econômico se confundem: promove-se a construção de espaços de encontros que transformem a Cidade Estrutural não em local de passagem de uma massa de indivíduos, mas em local de habitação, local ativamente construído e transformado pelos/as moradores/as, incentivando a formação de redes associativas pautadas pela solidariedade que possibilitam experiências coletivas de superação da condição de exclusão e opressão.

Para além das limitações que a presente pesquisa possui, as quais serão abordadas ao final do trabalho, vale ressaltar que o curto período de tempo no qual o Banco Estrutural vem realizando suas atividades impossibilitou a coleta de dados suficientes para que fosse possível elaborar uma resposta mais concreta à pergunta apresentada anteriormente: “O Banco Comunitário da Estrutural é uma ferramenta para realização do Direito à Cidade e de outros direitos almejados pela comunidade?”. Porém, foi possível identificar as tendências de futuro, ou o *Ainda-não*.

Apesar das dificuldades financeira enfrentadas pelo BE, a iniciativa vem ganhando visibilidade dentro da comunidade que ao longo desses três primeiros meses tem participado com maior frequência dos espaços construídos em torno da iniciativa.

Esses espaços apresentam-se como alternativa para construção de uma gestão democrática do espaço urbano a partir da prática emancipadora e inclusiva da qual os/as moradores/as pretendem ser protagonistas por meio do BE. O sucesso irá depender, principalmente, da manutenção e ampliação desses espaços públicos de proximidade, permitindo a fina articulação entre aspectos socioeconômicos e políticos.

O estabelecimento de espaços públicos representam uma devolução à localidade de sua capacidade de gerar e negociar sentidos, conquistando sua autonomia e combatendo aquilo que Bauman (1999) denomina de *desconfortos da existência localizada*. Nesse sentido, a prática do BE enquanto iniciativa gerida e executada pelo movimento dos moradores da Cidade Estrutural organizados em torno do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE) representa a possibilidade daquela comunidade definir projetos emancipatórios

dentro de cenários dominados por uma globalização perversa, possibilitando a “politização dos espaços da vida cotidiana e a prática de criação de direito” (Sousa Junior, 2008, p. 268).

Com isso, o BE aponta para a possibilidade de ser uma valiosa ferramenta para os moradores da Cidade Estrutural. Não apenas na concretização do Direito à Cidade - entendido como possibilidade de superação da alienação que o não-protagonismo na construção do espaço urbano gera e da concretização de uma cidade democraticamente gerida e que possibilite a plena realização da liberdade por meio da construção de uma cidade inclusiva, solidária, ambientalmente sustentável, equitativa, aberta, livre, crítica e lúdica-, mas na superação da condição de opressão e exclusão a qual aqueles/as moradores/as são submetidos/as, situação que identificam e, por isso, buscam mecanismos para superá-la.

4.3 CONTEXTO E EXPECTATIVAS: ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Quando decidi pesquisar o movimento protagonizado pelos/as moradores/as da Cidade Estrutural na construção de um Banco Comunitário de Desenvolvimento não pretendi averiguar a partir da pesquisa empírica a validade de uma teoria já existente. A posição que me guiou na elaboração do presente trabalho foi voltada à tentativa de compreensão da prática que ali está se desenvolvendo. Afinal, por meio de tal prática a comunidade da Cidade Estrutural busca a superação de uma condição de opressão por meio da construção e garantia de seus próprios direitos?

Para obter os dados necessários para responder às perguntas formuladas anteriormente, principalmente a primeira (Quais os direitos reivindicados e perseguidos pela comunidade da Estrutural na construção de um Banco Comunitário?), utilizei-me, além das observações realizadas nas idas à comunidade, de entrevistas semi-estruturadas com o grupo de moradores/as que estiveram participando ativamente da construção do Banco Estrutural, os quais se inserem em uma coletividade maior de agentes engajados na construção de um modelo de economia mais justo a partir dos princípios da Economia Solidária. Para determinar esse grupo lancei mão de minhas observações de campo e de minha participação nos espaços de deliberação do BE, o que me possibilitou identificar um grupo de seis pessoas que, desde o início, estiveram presentes de forma constante nas reuniões do Conselho Gestor do Banco, além de terem contribuído de forma significativa para o estabelecimento da iniciativa na comunidade. Vale mencionar que entrevistei apenas moradores/as da Estrutural, desconsiderando aqueles integrantes que não moram na localidade. Tal decisão funda-se na opção por buscar compreender os significados subjetivos que a prática da construção do BE

possui para a comunidade que é diretamente afetada pela realidade daquela localidade. É claro que os resultados não podem ser generalizados para a totalidade de moradores/as da Cidade Estrutural, porém são expressivos da coletividade articulada em torno do Banco Estrutural e do movimento da Economia Solidária.

As entrevistas foram realizadas entre maio e junho de 2012 na própria Cidade Estrutural. Cada entrevista durou, em média, 30 minutos. Houve consentimento oral por parte dos/as entrevistados/as sobre a gravação delas, além da garantia de anonimato. Por isso, serão eles/as identificados/as pela sigla CG (conselho gestor) seguida do número que identifica cada qual, 1 a 6. Por fim, houve acordo de que os resultados seriam comunicados à comunidade, o que venho fazendo à medida que construo o presente trabalho, além de momento futuro, já marcado, para uma explanação mais ampla com a comunidade seguido de debate, buscando utilizar os dados coletados para construir ações que ajudem na realização das expectativas almejadas pela comunidade através da construção do BE.

O instrumento de pesquisa para realização das entrevistas, para além de uma breve descrição pessoal do/a entrevistado/a, contém perguntas que visam a compreensão da conjuntura daquela comunidade, a identificação dos laços dos/as entrevistados/as com a Cidade Estrutural, além da compreensão desses/as indivíduos/as sobre Economia Solidária, Banco Comunitário de Desenvolvimento e suas expectativas em relação à construção do BE. Tentei, aqui, alcançar a compreensão dos/as moradores/as sobre a realidade na qual se inserem, portanto em nenhum momento foi pretensão minha avaliar aquela realidade com o intuito de fornecer um parecer a partir da minha percepção sobre ela (Fonseca, 2012). Trata-se de trabalho exploratório, com finalidade de evidenciar a experiência ali desenvolvida, ressaltando eventuais direitos pelos quais aquela comunidade luta.

Procurei, dentro de minhas limitações metodológicas, integrar os/as agentes da prática anunciada pelo BE como sujeitos do conhecimento aqui produzido, afinal ele busca lançar luz sobre prática da qual eles são protagonistas, idealizadores. Meu papel foi muito mais de facilitar a reunião desses dados e conduzir a análise dos mesmos de forma a identificar a situação que eles/as buscam superar, assim como suas expectativas em relação a referida prática tendo por base suas falas.

Para análise dos dados coletados por meio das entrevistas, lancei mão da metodologia de análise de conteúdo temática. Conforme Minayo (2007, p. 87), em tal procedimento o tema “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. No presente caso, a perspectiva teórica é aquela de O Direito Achado na Rua.

Compreendendo o Direito enquanto processo de libertação permanente, ou seja, “aquele vir-a-ser que se enriquece nos movimentos de libertação das classes e grupos ascendentes” (Lyra Filho, 2006, p. 86), a categoria de movimentos sociais possuem especial importância para O Direito Achado na Rua, por serem eles os protagonistas das lutas sociais por meio das quais a liberdade é conquistada. Assim, ao analisar o conteúdo das entrevistas realizadas procurei categorizar os depoimentos tendo por base o conceito de movimento social apresentado por SOUSA JUNIOR (2008, p. 266), segundo o qual são eles “formas de ação coletiva de natureza contestadora, solidarística e propositiva” configurando um conjunto de “práticas sociopolítico-culturais que visam à realização de um projeto de mudança”. Lancei também do conceito de Alberto Melucci citado por Sousa Junior (2008, p. 261), para o qual os movimentos sociais são “formas de ação coletiva baseadas na solidariedade, desenvolvendo um conflito e rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”.

Enquanto movimento contestador, busquei identificar o que os/as moradores/as da Cidade Estrutural estavam contestando a partir da construção de um Banco Comunitário de Desenvolvimento e de toda ressignificação das relações econômicas que essa prática traz consigo. O que se contesta? Por que se contesta? Essas duas perguntas me guiaram na categorização daquilo que denomino *contexto*, responsável pela construção de uma conjuntura política da realidade daquela comunidade tendo por base as entrevistas e a observação participante.

Por meio do movimento de contestação, os movimentos sociais configuram um conjunto de práticas sociopolítico-culturais que, conforme mencionado, almejam a realização de um processo de mudança. Tal realização inscreve-se nas expectativas que os/as indivíduos/as engajados de forma coletiva possuem na realização de práticas emancipatórias. O que se espera do Banco Comunitário? Quais transformações são possíveis por meio do Banco Comunitário? Foram essas perguntas que me guiaram em uma segunda categorização dos depoimentos para identificar *expectativas*.

Compreender o contexto que impele um movimento contestatório, evidenciando seus motivos, nos possibilita identificar processos de explorações e opressões que contradizem o Direito enquanto “modelo avançado de legítima organização social da liberdade”. Situações muitas vezes silenciadas e ocultadas que, quando identificadas, possibilitam que o movimento possa concentrar esforços na superação das opressões. Identificar *contexto* e *expectativas* possibilita compreender os direitos que são sistematicamente negados a um determinado grupo, carência de direitos ou a emergência de novos direitos. Afinal, quais os direitos

reivindicados e conquistados pela comunidade da Estrutural na construção de um Banco Comunitário?

4.3.1 IDENTIFICANDO O CONTEXTO

Para construção de uma conjuntura da realidade da Cidade Estrutural que possibilitasse lançar luz sobre o contexto no qual o movimento de criação do BE se realiza, fiz uso da seguinte pergunta ao realizar as entrevistas: Quais são os pontos positivos e negativos da Cidade Estrutural?

Além disso, buscando compreender a dinâmica de consumo na localidade, perguntei aos entrevistados sobre como realizavam suas compras no dia-a-dia. As perguntas foram: a) Realiza compras na Cidade Estrutural?; b) O que compra na Cidade Estrutural?; c) Qual a razão para não comprar na Estrutural? (em caso de resposta negativa à pergunta “a”); e d) Onde você e sua família realizam compras quando não realizadas na Cidade Estrutural.

A primeira pergunta, em relação aos pontos positivos e negativos, possibilitou obter alguma compreensão acerca do que os/as indivíduos/as diretamente ligados à construção do BE possuem da realidade daquela comunidade, identificando situações de exclusão que os motivaram a engajarem-se em tal prática. O segundo grupo de perguntas possibilitou compreender a dinâmica do consumo naquela localidade, afinal a construção de um BCD está diretamente associada à transformação dessa dinâmica. Abaixo, apresento os resultados obtidos.

Em relação ao conjunto das entrevistas (seis), houve unanimidade entre os/as entrevistados/as em relação à ausência de canais de comunicação entre a administração pública e a comunidade. Ficou claro que há um sentimento de abandono por parte dos/as entrevistados/as que definem a Cidade Estrutural com termos como “curral político” (CG2), “cidade visada politicamente” (CG6), afirmando que a localidade apenas é lembrada de 4 em 4 anos, durante o período eleitoral. Durante tal período, conforme colocou uma das entrevistadas, “são prometidos mundos e fundo” (CG5) que não se concretizam. Além das entrevistas, em conversas com outros/as moradores/as, percebi que se tratava de uma visão abrangente entre aqueles com os quais tive a oportunidade de conviver. Um dos líderes comunitários chegou a dizer que a Cidade Estrutural não existia no mapa, aparecendo apenas quando era necessário, por parte dos políticos, conquistar votos ali.

Tal abandono é reforçado pela opinião de que a Administração Local não representa os verdadeiros interesses da comunidade. Essa visão não se limita aos/às entrevistados/as,;

não foram raras as conversas nas quais os moradores demonstravam sua insatisfação com a falta de apoio da administração regional e distrital na construção do Banco Estrutural, assim como insatisfação com a própria administração que, segundo eles, muito pouco faz pela comunidade. Reflexo desse sentimento são as associações de moradores que se proliferam pela comunidade, além da organização local de uma prefeitura comunitária.

Além do abandono, houve críticas em relação à infraestrutura da comunidade, sobretudo em relação à educação e segurança. Os/as entrevistados/as reconhecem que houve melhora significativa na qualidade de vida nos últimos anos com o processo de urbanização, fazendo questão de afirmar que a Estrutural é hoje uma cidade. Porém, identificam carências diversas que necessitam ser sanadas e que, todavia, não são pontos de atenção por parte do poder público. Reconhecem que o direito à moradia foi uma conquista, mas que ainda falta muito para que possam ter uma vida com qualidade.

Há uma percepção generalizada de que os preços dos bens de consumo na Cidade Estrutural são mais elevados que em outras localidades. Tal fato é somado à baixa qualidade dos produtos ofertados, que, segundo uma das entrevistadas se deve ao fato de que os comerciantes, ao “acharem que é um lugar onde as pessoas não tem condições econômicas” (CG1), trabalham com produtos de qualidade inferior.

Devido a tal fato, todos os/as entrevistados/as, com exceção de um (comerciante que possui mercado na localidade – CG6), afirmaram realizar a maior parte de suas compras fora da comunidade. Porém, o preço não é o único fator que motiva tal comportamento: a existência de crediário em grandes redes de supermercados e lojas de eletrodomésticos, assim como roupas, motiva a opção por consumir fora da Estrutural.

Quatro entre os/as seis entrevistados/as afirmaram que o custo de vida na Cidade Estrutural estava aumentando. Alguns/as moradores/as, inclusive, deixavam claro que muitas pessoas que estavam ali no começo da ocupação da localidade já haviam saído em decorrência da impossibilidade de se manterem ali, ou, diante da possibilidade de venderem seus lotes por quantia elevada, preferiam abandonar a certeza da moradia para se arriscar com o dinheiro da venda em mãos. Não me foi possível obter dados suficientes para confirmar a hipótese de que a localidade atravessa um processo de gentrificação, porém há indícios de tal ocorrência e há uma clara preocupação por parte dos/as moradores/as engajados na construção do Banco Estrutural em garantir renda, trabalho e preços menores aos/as moradores/as da comunidade.

Em relação aos pontos positivos, mencionada em todas as entrevistas é a melhoria na qualidade de vida por meio da urbanização da Cidade, do aumento do número de escola,

construção de postos policiais e inauguração do centro de saúde. Há também uma compreensão positiva em relação ao convívio em comunidade, afirmando que a Cidade Estrutural assemelha-se a uma cidade do interior, onde todos se conhecem, onde “as relações de amizade são maiores que nas cidades grandes” (CG6), havendo uma cooperação entre os/as moradores/as nos problemas do cotidiano.

Portanto, as características que podem marcar a definição do *contexto* no qual a prática de construção de um BCD se desenvolve na Cidade Estrutural são, em relação aos aspectos negativos, o abandono político, ausência de canais de participação e comunicação entre comunidade e administração pública, desinteresse por parte do poder público com o desenvolvimento da comunidade, além do aumento do custo de vida refletido nos elevados preços dos bens de consumo. Em relação aos aspectos positivos, há percepção de uma melhoria na qualidade de vida da comunidade nos últimos anos, além da existência de relações de colaboração entre os moradores que possuem uma convivência próxima.

4.3.2 IDENTIFICANDO EXPECTATIVAS

Para identificar as *expectativas* tentei obter informações sobre o entendimento dos/as moradores/as engajados na construção do BE acerca do conceito de Economia Solidária, Banco Comunitário de Desenvolvimento, além de perguntar para eles/as quais os objetivos do BE e quais as mudanças que eles/as esperavam que tal iniciativa trouxesse para a comunidade. As perguntas realizadas foram: a) Qual seu entendimento sobre Economia Solidária?; b) Qual seu entendimento sobre Banco Comunitário de Desenvolvimento?; c) Quais os objetivos do Banco Comunitário de Desenvolvimento da Estrutural?; d) Quais as mudanças que você acredita que o Banco Estrutural pode trazer para sua vida?; e e) Quais as mudanças que você acredita que o Banco Estrutural pode trazer para cidade?.

Em relação ao entendimento sobre Economia Solidária, há uma percepção geral de que sua função maior é possibilitar um desenvolvimento coletivo das pessoas diminuindo as desigualdades socioeconômicas. “Lutar por uma igualdade” (CG5), “colocar todos em um mesmo patamar, trabalhar juntos, pensar juntos” (CG1), “preocupação com o meio ambiente, preocupação humana, com o ser humano mesmo” (CG4). Além disso, há uma associação entre Economia Solidária e desenvolvimento da localidade. Conforme definição dos entrevistados, Economia Solidária “é uma forma de utilização do dinheiro em prol de uma localidade pelos próprios moradores da localidade” (CG6); é “a possibilidade de mudança de vida através da circulação de dinheiro dentro da comunidade” (CG3); Economia Solidária “é

se preocupar um pouco com o outro, estar ali do lado ajudando, auxiliando e ensinando (...). Não para só dar, dizer toma, toma, toma, mas para estar ali ensinando uma forma de que a pessoa possa evoluir não só a ela, evoluir alguém mais, alguma pessoa do lado. Economia Solidária é isso, melhorando para mim, para você e, enfim, acaba melhorando para comunidade” (CG2).

Já no que concerne ao entendimento sobre Bancos Comunitários de Desenvolvimento, há uma clara associação entre a compreensão apresentada e a circulação da moeda social por ele introduzida. Assim a compreensão confunde-se com os objetivos, referindo-se, sobretudo, a circulação das riquezas dentro da comunidade que ali permanecem, desenvolvendo-a: “A moeda vai circular só dentro da cidade, o que vai acontecer? A cidade vai se desenvolver mais, porque o dinheiro vai ficar aqui dentro, não vai pra fora” (CG4); “O melhor fato do Banco Comunitário é essa moeda social. Essa moeda vai forçar esse dinheiro que te falei a ficar girando aqui dentro. (...) se esse dinheiro gira aqui dentro, vai melhorar tudo. Melhora condições de vida, o crescimento da comunidade vai ser melhor” (CG4); “O objetivo principal do Banco Comunitário é desenvolver a comunidade” (CG5); “O Banco Comunitário vai fazer com o que o dinheiro gire dentro da comunidade, aumentando o consumo aqui dentro, gerando empregos (...)” (CG2); “Quando eu falo na economia, ele vem para fazer com que o dinheiro fique na comunidade, fazendo com que ela se desenvolva, mexa nas estruturas da comunidade, abre portas de emprego, enfim” (CG1).

Ademais, é claro que o objetivo central almejado na construção de um Banco Comunitário é o desenvolvimento da comunidade, conforme foi possível perceber com as falas dos/as entrevistados/as. Almejam não apenas o desenvolvimento a partir da oferta de crédito na comunidade, mas por meio de ações de capacitação junto com a comunidade, criação de oportunidades de emprego, esperando que seja ele catalisador de ações que possibilitem mudanças profundas nas estruturas da comunidade da Cidade Estrutural: “A gente tem mais objetivo de buscar projetos, não só para que depois a comunidade se desenvolva e o banco não morra, mas para que o Banco possa crescer, se estabelecer, ter firmeza, confiança da comunidade e credibilidade para futuramente dizermos: “Isso aqui veio através do Banco Comunitário, nós temos um esgoto através do Banco Comunitário, temos uma cidade melhor através do Banco comunitário” (CG2); “O Banco Comunitário mexe com tudo. Quando falo em educação, oficinas, parcerias com universidade, cursos técnicos, coisas que ele pode trazer, eu falo de tudo quando falo em Banco Comunitário” (CG1); “O Banco Comunitário tem um objetivo de desenvolvimento local, mas na verdade ele mexe com tudo

na comunidade. A partir do Banco Comunitário podem surgir inúmeras ideias e questões para o desenvolvimento local, para o modo de viver das pessoas” (CG1).

Fato que merece ser evidenciado é que ao perguntar aos/às entrevistados/as qual seria a melhoria que o Banco Estrutural traria para suas vidas, todos/as responderam seguindo um mesmo padrão. Ao invés de associar o desenvolvimento a sua vida individual, por meio de conquistas pessoais, colocaram o desenvolvimento da coletividade como prioridade, afirmando que as melhorias para si seriam consequência das melhorias que o Banco traria para a comunidade como um todo.

O referido desenvolvimento da comunidade foi apontado como a expectativa principal em relação às melhorias que o BE poderia trazer para a Cidade Estrutural. Tal desenvolvimento consiste em um processo amplo, abarcando melhorias em diversos campos da vida daquela cidade, desde transporte, passando por saúde, incremento do comércio, e na educação, representando uma verdadeira expansão de direitos e liberdades. Mais uma vez a moeda social e sua circulação foram apontadas como principal ferramenta para consecução do almejado desenvolvimento. Conforme dito por um dos entrevistados: “Acho que [o Banco Estrutural] traz muitas melhorias, principalmente se der certo. Meu Deus, se essa moeda girar aqui dentro como a gente espere que gire, vai trazer muitas melhorias. Melhorar o comércio. Se melhorar o comércio daqui, melhora muitas coisas, porque gera impostos, gerando impostos, começa a gerar melhorias, melhora a saúde, educação, transporte, melhora tudo.” (CG4)

Após escutar tal resposta, buscando esclarecimento, perguntei: “Como assim gerar impostos?”, e a resposta foi a seguinte: “Se eu compro aqui, o que eu gasto aqui não gera imposto é aqui dentro. Se eu comprar em Taguatinga, não vou gerar imposto em Taguatinga? Meus impostos não ficam é lá. Se essa moeda começa girando aqui dentro, a gente começa a comprar mais com moeda social. Começa a girar mais dinheiro aqui dentro, o que vai acontecer? Vai gerar melhorias. Por que melhora... quanto mais pobre o lugar, quanto menos dinheiro gira dentro de uma sociedade, menos essa sociedade tem de melhorias, de transformação. Não é isso?” (CG4). O termo imposto também foi utilizado como sinônimo de riquezas, as quais seriam geradas a partir da circulação da moeda.

Conforme outro entrevistado: “Bom eu acredito que melhorando minha comunidade, melhora minha vida. Porque, assim, eu vou ter uma cidade mais iluminada, uma cidade bem mais arrumada, porque você sabe que as vezes o perigo está ali no beco, em uma rua que não é calçada e o Banco Estrutural pode proporcionar isso para a comunidade” (CG2).

Adiante, falando sobre as melhorias do BE para a Cidade Estrutural o mesmo entrevistado relata que tal iniciativa “vai trazer o desenvolvimento local mesmo, a infraestrutura que vai melhorar, as condições das pessoas também”. Ao definirem tal desenvolvimento os entrevistados CG1, CG2 e CG3 assim se expressaram: “Desenvolvimento a gente fala de algo que é pouco e quer se expandir. Quando eu falo em desenvolvimento, eu falo na questão financeira, social, educação da saúde. O Banco Comunitário tem que vir com ideias firmes e que toquem onde há dificuldade na comunidade. Estratégias e planos para desenvolver um trabalho que seja eficaz. Quando eu falo na economia, ele vem para fazer com que o dinheiro fique na comunidade, fazendo com que ela se desenvolva, mexa nas estruturas da comunidade, abre portas de emprego, enfim, tudo mais. Quando falo na questão social, eu também falo das cooperativas que se reúnem, trabalham juntas, não importando a diferença de nível de estudo das pessoas que trabalham juntas. Quando falo na questão da saúde, eu falo que o banco pode trazer para nós aqui na comunidade médicos... é.... é.... enfim, tudo. O Banco Comunitário mexe com tudo” (CG1); “O que é desenvolvimento? Melhoria, crescimento. Enfim, progressão, progredir na vida é desenvolver alguma coisa. Apesar de ter dois sentidos. O sentido d’eu ■ desenvolver alguma coisa, então a comunidade se desenvolver. Eu acho que esse desenvolvimento que você me perguntou é esse aí, crescer, ver a comunidade com melhorias, com estabilidade, mais infraestrutura. Enfim, relacionada a crescimento” (CG2); “A moeda vai circular só dentro da cidade, o que vai acontecer: a cidade vai se desenvolver mais, porque o dinheiro vai ficar aqui dentro, não vai para fora. A comunidade vai se desenvolver mais, a comunidade vai ganhar, a própria cidade e todo mundo ganha com isso” (CG3).

Por fim, há uma expectativa por parte dos/as entrevistado/as s, assim como de um grupo mais amplo de pessoas envolvidas na construção do banco, de que ele se torne catalisador dessas mudanças. Com os espaços públicos de proximidade criados, há esperança de que a comunidade possa se articular de forma efetiva na superação de seus problemas a partir de propostas construídas coletivamente, além de possibilitar a abertura de um fórum onde a voz da comunidade possa ser ouvida pelas autoridades públicas.

Portanto, no que concerne às *expectativas* dos/as indivíduos/as engajados na construção do banco, integrantes de uma coletividade de moradores da Cidade Estrutural que intentam a construção de uma economia mais justa naquela localidade, há clara esperança de que o BE seja ferramenta para o desenvolvimento local, melhorando a qualidade de vida dos/as moradores/as da Cidade Estrutural, gerando renda, trabalho, fortalecendo o comércio

local a partir dos princípios da Economia Solidária, além de ser ferramenta para ampliação das conquistas já alcançadas por aquela comunidade, possibilitando que sejam eles protagonistas do desenvolvimento e construção da Cidade Estrutural.

4.3.3 ASSOCIANDO CONTEXTO E EXPECTATIVAS

Associando *contexto* com *expectativas*, a vontade de se constituírem enquanto protagonistas do próprio processo de desenvolvimento e de conquista e realização de direito aparenta ser uma resposta ao referido abandono político ao qual é submetida a coletividade de moradores/as da Cidade Estrutural engajados na promoção de um desenvolvimento pautado por práticas que se inserem na lógica da Economia Solidária.

Tal abandono, que resulta na falta da possibilidade de participação e voz perante ações tomadas pelo poder público em relação à comunidade, assim como marginalização em relação ao mercado formal e suas instituições tradicionais, busca ser superado por meio da criação “de esferas públicas e democráticas como importantes instâncias de mediação nas relações entre Estado, economia e sociedade” (Silva, 1994, p. 16). Assim, retomando o raciocínio iniciado anteriormente, a prática ligada à implementação do Banco Estrutural é a possibilidade de construção de um local de encontros, protestos e reivindicações, simbolizando a solidariedade e experiências coletivas que visam a reconstrução das relações sociais a partir de uma ótica de inclusão orientada ao desenvolvimento da localidade.

A prática da construção do Banco Estrutural reflete a opção daquele grupo de pessoas em assumir uma postura radical em relação ao direito à cidade, entendido enquanto superação da crise do habitar por meio de uma postura que vê a cidade um lugar para ser e não apenas para estar, uma postura que busca revolucionar a cidade, transformando-a a partir dos seus valores de uso, transformando-a em um lugar de co-habitação, de espaços não homogeneizados onde a diferença seja a marca da prática social do urbano. É a postura de construir meios para que o protagonismo que desejam se realize e, com isso, possam atingir as expectativas que almejam na construção de relações econômicas mais justas voltadas para o desenvolvimento da Cidade Estrutural.

Ao invés de aceitarem permanecer ao bel prazer dos ventos políticos, há uma intenção clara na construção de algo que potencialize possibilidades, ocupando espaços livres da cidade. Assumir o protagonismo na construção do espaço urbano é assumir a cidade enquanto

obra, buscando o reconhecimento de si no espaço urbano e do reconhecimento do espaço urbano em si.

Como é possível ler nas paredes do Ponto de Memória da Cidade Estrutural (museu organizado pelos próprios moradores para relembrar e contar a história de luta e conquistas da comunidade):

Esta sala acolhe a memória dos moradores e das moradoras da Estrutural, memória que se traduz num objeto, numa foto, pedaços de nós mesmos que lembram momentos tristes, momentos sofridos, momentos de lutas, de resistências, de alegrias. Os objetos aqui expostos eternizam nossas experiências e vivências e nos remetem aos dias idos, às lutas por um lugar de morar, por um lugar nosso, marcado por nossas histórias. Os nossos objetos estão expostos no altar das nossas memórias, para que os nossos descendentes saibam do seu passado e da importância deste lugar, que hoje é a nossa casa no mundo.

‘ Conforme afirma Gaston Bachelard (2000, p. 17),

todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa. (...) a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa nos permite sonhar em paz (...). A casa na vida do homem afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser “atirado ao mundo”, como o professam os metafísicos apressados, o homem é colocado no berço da casa. E sempre, em nossos devaneios, a casa é um grande berço.

Ao assumirem que a Estrutural é sua casa no mundo, os/as moradores/as exteriorizam que é ali que se sentem agasalhados, ali que buscam e realizam seus sonhos, realizando-se. Portanto, a marca distintiva da busca coletiva para realização de suas expectativas, superando o abandono ao qual são submetidos, é edificar a casa na qual habitam, estabelecendo uma identificação que lhes foi roubada pela alienação que a ausência de protagonismo na construção do espaço urbano gera. É valorizar o local, as experiências endógenas que são paulatinamente descaracterizadas por um processo de globalização que busca uma totalidade homogênea, suprimindo o diferente, impondo um único ritmo à vida e uma única racionalidade às relações sociais.

Pode-se dizer que ao questionamento em relação a quais os direitos reivindicados pela Comunidade da Estrutural na construção de um Banco Comunitário, uma das respostas possíveis é que buscam afirmar seu direito à cidade, o direito a serem agentes da construção de um espaço urbano que se identifique com seus modos de vida, com suas necessidades, com suas demandas. Direito que busca ser concretizado por meio da construção de alternativas a modelos que buscam aprofundar ainda mais as contradições das cidades. Por isso, ao

proporem uma ressignificação das relações econômicas buscam a inclusão de uma camada significativa daquela população que não possui espaço nos circuitos formais da economia e que se vê obrigada a abrir mão de seus direitos mais básicos para sobreviver.

No fim, buscam ser autores de suas próprias narrativas, “construídas na base da dignidade e não do dinheiro, por meio de ações criativas e da autodeterminação de agrupamentos formados por relações horizontais” (Coutinho, 2011, p. 125), superando os desconfortos da existência localizada, reconquistando os espaços de decisão onde podem exercer uma postura cidadã ativa de forma coletiva. Querem ser ouvidos/as, mesmo que isso signifique ouvir a si mesmo enquanto coletividade e realizar suas expectativas apesar do apoio dos poderes públicos.

Enfim, retomando a fala de Boventura de Sousa Santos (2001, p. 180), por meio da construção de um Banco Comunitário de Desenvolvimento na Cidade Estrutural, os agentes engajados buscam uma “mudança global dos processos de socialização, de construção cultural e dos modelos de desenvolvimento, exigindo transformações concretas, imediatas e locais”. Exigências que se direcionam a ele próprios enquanto movimento organizado que busca repensar o próprio conceito de cidadania, assumindo a postura de protagonistas na construção de sua própria realidade e na efetivação de seus direitos, criando espaços para reivindicar perante a sociedade e o Estado suas demandas.

CONCLUSÃO

O Banco Estrutural já colaborou com 29 moradores/as em três meses de funcionamento. Vários outros/as aguardam a análise de crédito, porém o fundo atual do Banco impossibilita que todos/as aqueles/as que aguardam sejam atendidos/as em um curto espaço de tempo. Para reverter essa situação, a comunidade busca meios de ampliar os fundos disponíveis, submetendo projetos para editais de apoio lançados por entidades que pretendem apoiar iniciativas como esta que está sendo construída.

No entanto, o trabalho desenvolvido ao longo desses primeiros meses revela o potencial que o Banco Estrutural tem para transformar a Cidade Estrutural, possibilitando que os projetos de vida da comunidade possam se concretizar e incentivando as iniciativas que buscam o desenvolvimento local. Afinal, o crédito é ferramenta dentro de sua estrutura, tendo um aspecto secundário quando comparado com as transformações sociais que possibilita a partir da criação de sociabilidades na comunidade.

Até o momento, a taxa de inadimplência é de apenas 6%, que, no entanto, provavelmente será reduzida a zero, tendo em vista que os/as moradores/as com pagamentos em aberto já procuraram o banco para resolver a situação. Um acompanhamento próximo das Agentes de Desenvolvimento, junto com a avaliação responsável do Comitê de análise de crédito, impedem que as pessoas adquiram dívidas que não irão ajudá-las, tendo o esforço de escutar as demandas dos beneficiados/as e ajudá-los/as sempre que necessário para que possam cumprir os prazos estabelecidos, utilizem o crédito da melhor maneira possível e prossigam se beneficiando com os programas do Banco. Paralelamente, constrói-se a consciência de que pagar o empréstimo tomado é garantir que outras pessoas possam ter acesso ao crédito, assim como fortalecer o Banco para que no futuro, quando necessário, elas possam contar com a mesma ajuda novamente para concretizar outros projetos ou atender outras necessidades emergenciais. Em outras palavras, assumir a responsabilidade da construção e crescimento do banco, que, como o nome diz, é o Banco da Estrutural.

A intenção é ampliar os fundos para que cada vez mais moradores possam contar com a valiosa ajuda do crédito solidário e, com isso, impulsionar o desenvolvimento da comunidade através da construção de uma consciência solidária e preocupada com o desenvolvimento responsável.

Conforme se lê nas paredes do Ponto de Memória da Estrutural.

No início era o cerrado, no início era o lixo, no início era o entulho. Depois vieram as famílias, depois seus barracos de papelão, de madeira, de alvenaria. E depois de muita luta, chegou água e luz. Muito mais tarde, veio o asfalto nas principais vias, as escolas, o restaurante comunitário, a reforma do posto de saúde, veio também a praça e a quadra de esportes. Com muito sofrimento e muita luta para conseguir o básico, o que em outras cidades chega sem luta alguma, sem ao menos se pedir porque é direito fundamental, já diz a Lei Magna. E muita luta ainda há de haver para o básico permanecer e para o além do básico chegar. Mas esta é a nossa Cidade Estrutural, esta é a nossa história. Conquista.

Essa luta prossegue diariamente e é dentro dela que as possibilidades do Banco Comunitário se mostram animadoras. Acompanhando a experiência de outros bancos pelo Brasil, percebe-se o potencial que tais iniciativa possuem na concretização de direitos básicos e de tudo mais que está para além do básico e que, não por isso, deixa de ser fundamental para realização de uma vida digna.

Trata-se de mais uma de várias outras conquistas já alcançadas pelos moradores de Cidade Estrutural e que irá proporcionar muitas outras conquistas. Afinal, este é o Banco Estrutural, o banco da comunidade. Não se sabe ao certo quais serão os resultados futuros, mas no que concerne à realização e efetivação de direitos, o engajamento e protagonismo da sociedade em torno da iniciativa revelam uma promissora busca pela satisfação de seus direitos mais básicos, sempre buscando ir além e demonstrando que as práticas sociais têm muito para nos ensinar acerca da efetivação da Justiça Social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, James Amorim. **Sobre a Cidade e o Urbano em Henri Lefebvre**. São Paulo: GEOUSP – Espaço e Tempo, n.º. 31, pp. 122-142, 2012.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CAPELLA, Juan Ramón. **Fruta Prohibida: Una aproximación histórico-teorética al estudio del derecho y del estado**. Madrid: Editorial Trotta, 2008.

CARMO, André; ESTEVENS. O Conflito Social e a Construção da Cidadania no Espaço Urbano. In: MARTINS, Catarina et al (Org.). **E-Cadernos CES: Novos mapas para as Ciências Sociais e Humanas: artigos pré-colóquio**. Coimbra: Vol. 2. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/pages/pt/numeros-publicados/2008/02--2008-ndash-novos-mapas-para-as-ciencias-sociais-e-humanas-artigos-pre-coloquio.php>. Acesso em: 18/04/2012.

COSTA, Alexandre Bernardino; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. O Direito Achado na Rua: uma idéia em movimento. In: COSTA, Alexandre Bernardino et al. **Série o Direito Achado na Rua**, Vol. 4, Introdução Crítica ao Direito à Saúde. Brasília: CEAD/UnB, 2008.

COUTINHO, Mariana Henriques. A Favela como Palco e Personagem e o Desafio da Narrativa Alternativa. In: **Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas**. Vol. 1, n.º 17. Florianópolis: UDESC/CEART, 2011. Disponível em: http://www.ceart.udesc.br/ppgt/urdimento/2011/index_17.html. Acesso em: 18/04/2012.

D'ALMEIDA, Carolina Heldt. **A Produção do Espaço da Historicidade à Espacialidade**. In: Universidade São Judas Tadeu, Revista ARQ.URB, número 5, 2011. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_05/arqurb5_04_artigo_carolina_heldt.pdf. Acesso em: 17/05/2012.

DUFOUR, Dany-robert. **Rumo ao “capitalismo total”?**. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=301&tipo=acervo>. Acesso em: 20/05/2012.

ELIAS, Gabriel Santos; MEDEIROS FILHO, João Telésforo. **A Luta pelo Passe Livre sob a Perspectiva do Direito à Cidade no Distrito Federal**. Brasília: VI Encontro Anual da ANDHEP, 2010.

FERREIRA, Alvaro. **A Produção do Espaço: Entre Dominação e Apropriação: Um Olhar Sobre Movimentos Sociais**. In: Scripta Nova, Vol. XI, n.º. 245, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24515.htm>. Acesso em: 17/05/2012.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade Social e a Teoria dos Campos. In: **SCIELO**, Vol. 47, n.º. 2, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local**. In: O&S, Vol. 15, n.º. 45, pp. 219-233, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Impasses, avanços e desaios da ação pública em Economia Solidária: uma perspectiva comparada Brasil-França.

In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Marcia de Paula (Org.). **Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A Presença Política da Economia Solidária: Considerações a partir do primeiro Mapeamento Nacional. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Marcia de Paula (Org.). **Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

GARCIA, Daniel Bruno. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Um Estudo Sobre a Implementação dos Banco Comunitários Ligados ao Movimento de Moradia no Município de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

HARVEY, David. **Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution**. Londres: Verso, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, Habitar, Pensar**. Darmstadt, Alemanha: 1951. Tradução: Márcia Sá Cavalcante Schuback. Disponível em: http://www.imagomundi.com.br/filo/heidegger_construir.pdf. Acesso em: 19/05/2012.

HESPAÑA, Pedro. From the Expansion of Market to the Metamorphosis of Popular Economis. In: **RCCS Annual Review**. Coimbra: Vol. 2, 2010. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/annualreview/index.php?id=3226>. Acesso em: 18/04/2012.

LEFEBVRE, Henry. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: Maricato, Ermínia et al (Org.). **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consenso**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARTINS, Paulo Henrique. O Dom como Fundamento de uma Cultura Democrática e Associativa. In: PORTUGAL, Silvia; MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais**. São Paulo: Annablume, 2011.

MARTINS, Paulo Henriques. **A Sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 73, pp. 45-66, 2005.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. Prefácio. In: ARROYO, João Cláudio Tupinambá; Schuch, Flávio Camargo. **Economia Popular e Solidária: A alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. P. 13-17.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Novos Movimentos Sociais Econômicos: Economía Solidária e Comércio Justo**. In: Otra Economía, V. II, nº. 3, 2008. Páginas. 74-92.

PORTILHO, Fátima. **Novos Atores no Mercado: Movimentos Sociais Econômicos e Consumidores Politizados**. In: *Política & Sociedade*, Vol. 8, nº 15, 2009.

PROENÇA, Maria Cristina Oliveira. **A Cidade e o Habitar no Pensamento de Henri Lefebvre**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011. 81 páginas.

PULS, Marcelo. **Arquitetura e Filosofia**. São Paulo: Anablumen, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Globalizations**. In: *Theory, Culture & Society*, 2006, 23, p. 393-399. Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/cgi/content/abstract/23/2-3/393>. Acesso em: 15/05/2012.

_____. **Los Nuevos Movimentos Sociales**. In: Universidade de Coimbra, OSAL, Setembro de 2001. Páginas 171-184.

_____. **Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Sociologia das Ausências**. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em: 14/05/2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: EdUSP, 2012.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVA, Ana Amélia da. **Esfera Pública e Sociedade Civil: Uma (Re)Invenção do Possível. São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. Volume 8. 61-67, 1994.

SILVA, Tiago de Aragão. **Na Luta pela Cidade: Notas sobre o Processo de Consolidação do Espaço Urbano e Político da Cidade Estrutural**. Data da defesa: 11/07/2008. 86 páginas. Monografia de Conclusão de Curso – Bacharelado em Antropologia, Universidade de Brasília.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **Direito como Liberdade: O Direito Achado na Rua – Experiências Populares Emancipatória de Criação do Direito**. Data da defesa: 16/06/2008. 338 páginas. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

VANDEN, Harry E. **Social Movements, Hegemony, and New Forms of Resistance**. In: *Latina American Perspectives*, Vol. 34, nº. 2, 2007, pp. 17-30.

WADE, Robert Hunter. **Is Globalization Reducing Poverty and Inequality**. In: *World Development*, Vol. 32, nº. 4, pp. 567-589, 2004.